



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

SUÉLEN GONÇALVES PAIXÃO DA SILVA

**O LUGAR DO PROEJA NO IFBA CAMPUS SANTO AMARO: UMA ANÁLISE A
PARTIR DA PERCEPÇÃO DOCENTE**

RIO DE JANEIRO

2017

SUÉLEN GONÇALVES PAIXÃO DA SILVA

**O LUGAR DO PROEJA NO IFBA CAMPUS SANTO AMARO: UMA ANÁLISE A
PARTIR DA PERCEPÇÃO DOCENTE**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof^a Dr^a Rosana Heringer

RIO DE JANEIRO
2017

SILVA, Suelen Gonçalves Paixão da.

O lugar do PROEJA no IFBA Campus Santo Amaro: Uma análise a partir da percepção docente/

Suelen Gonçalves Paixão da Silva. – 2017.

f.:90

Dissertação (Mestrado em Educação) –

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, Rio de Janeiro, 2017

Orientador: Rosana Heringer

1. PROEJA. 2. Percepção Docente. 3. Juventude. 4.

Instituto Federal de Educação. 5. EJA.

I .Heringer, Rosana. (Orient.). II. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.



Universidade Federal do Rio de Janeiro

Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação

A Dissertação "**O lugar do PROEJA no IFBA – Campus Santo Amaro: análise da percepção docente**"

Mestrando(a): **Suelen Gonçalves Paixão da Silva**

Orientado(a) pelo(a): **Profa. Dra. Rosana Rodrigues Heringer**

E aprovada por todos os membros da Banca Examinadora, foi aceita pela Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro e homologada pelo Conselho de Ensino para Graduados e Pesquisa, como requisito parcial à obtenção do título de

MESTRE EM EDUCAÇÃO

Rio de Janeiro, 31 de março de 2017.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Rosana Rodrigues Heringer - Presidente

Profa. Dra. Daniela Patti do Amaral

Profa. Dra. Eliane Ribeiro Andrade

*“Já que se há de escrever, que pelo menos não se
esmaguem com palavras as entrelinhas.”*

Clarice Lispector

Dedicatória

À minha querida avó Madalena Almeida, que em vida não teve a oportunidade de aprender a ler e escrever, mas seu coração era letrado o suficiente para irradiar amor por onde passou.

Agradecimentos

Aos meus pais Remilton Queiroz da Paixão e Selma Gonçalves, a meu irmão Reginaldo da Paixão Neto e minha cunhada Tamires pelo incentivo, força e apoio. Obrigado por não me deixarem desistir. Vocês são essenciais em minha vida.

A meu marido Gabriel Gomes por acreditar nos meus sonhos, aos meus filhos Camila e Guilherme por tentarem compreender minha ausência em alguns momentos e mesmo quando não compreendiam me apoiavam com muito amor.

Gostaria de agradecer a minha tia e amiga Leda Silva pelo amor, companheirismo e parceria em todos os dias de luta.

Às minhas queridas amigas Alexandra Alencar, Joseane Argolo, Mirna Freitas e Josie Iva pelo carinho e amizade de sempre e por terem acompanhado minhas alegrias e angústias nesses anos de Mestrado.

A todos os meus amigos, pela torcida e apoio de sempre. Em especial a minha aluna e amiga Ana Paula Vasconcelos em nome de toda a força, ajuda e companheirismo nas madrugadas de produção.

A minha amiga, que o mestrado me presenteou, Carolina Duarte pelo apoio, incentivo e torcida que me fizeram acreditar que minhas angustias seriam passageiras. À Ruth Oliveira por dividir comigo cada momento de aflição, por chorar juntas e por comemorar juntas.

A minha professora e orientadora Rosana Heringer, por todos os momentos vivenciados, pela compreensão, apoio, ajuda e carinho em todos os momentos.

A todos os professores da Faculdade de Educação da UFRJ, em especial agradeço a professora Daniela Patti pelo exemplo, coragem e por todo o aprendizado adquirido durante nossa convivência acadêmica.

A Secretaria do PPGE, em especial a Solange, que em todos os momentos sempre me acolheu e ajudou em tudo.

*E por fim, .Tive que correr mais que vocês pra alcançar minha vez
Garra com nitidez rigidez me fez monstro camponês
Exerce influência, tendência
em vivência em crenças destinos...O Rappa*

RESUMO

Esta dissertação teve como objetivo geral investigar o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) a partir de estudo de caso sobre o PROEJA-IFBA / Campus Santo Amaro. A pesquisa foi realizada a partir da percepção docente, através do estudo dos documentos oficiais e entrevistas realizadas com os professores atuantes no programa, nesta unidade. Estruturado em três capítulos, o texto traz, inicialmente, uma reflexão e análise sobre as políticas públicas para a juventude popular relacionada ao campo educacional e com foco no ensino médio profissional. O segundo capítulo é dedicado a um breve histórico da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, além de abordar a origem do Instituto Federal de Educação da Bahia e do campus Santo Amaro, onde foi realizada a pesquisa. No terceiro capítulo tratou-se de analisar o curso técnico de segurança do trabalho do IFBA campus Santo Amaro, a partir da percepção docente sobre a política pública, a prática docente e os entraves e desafios para efetivação do programa. A análise de dados levou à constatação de que um dos entraves da qualidade da educação ofertada aos jovens e adultos é a perspectiva docente da perda de prestígio do IFBA, a partir da implantação deste curso, por tratar-se de uma política destinada a camadas populares. Por outro lado, os docentes avaliam o PROEJA como uma política em potencial, que necessita de ajustes no que tange a sua efetivação administrativa, pedagógica e metodológica.

Palavras-chave: Políticas Públicas; PROEJA; Percepção Docente; IFBA; Educação Profissional.

ABSTRACT

This dissertation had as general objective to investigate the National Program of Integration of Professional Education with Basic Education in the Modality of Education of Young and Adults (PROEJA) from a case study on PROEJA-IFBA / Campus Santo Amaro. The research was carried out based on teacher perception, through the study of the official documents and interviews with the teachers working in the program, in this unit. Structured in three chapters, the text initially brings a reflection and analysis on the public policies for the popular youth related to the educational field and focusing on high school professional. The second chapter is devoted to a brief history of the Federal Network of Professional and Technological Education, as well as addressing the origin of the Federal Institute of Education of Bahia and the Santo Amaro campus, where the research was carried out. In the third chapter, it was analyzed the technical course of work safety of the IFBA Campus Santo Amaro, based on the teacher's perception of public policy, teaching practice and the obstacles and challenges to the effectiveness of the program. The data analysis led to the realization that one of the obstacles to the quality of education offered to young people and adults is the teaching perspective of the loss of prestige of the IFBA, since the implementation of this course, because it is a policy aimed at the popular classes. On the other hand, teachers evaluate PROEJA as a potential policy, which needs adjustments in terms of its administrative, pedagogical and methodological effectiveness.

Keywords: Public Policies; PROEJA; Teaching Perception; IFBA; Professional education

LISTA DE TABELAS

TABELA 01: Evolução do número de matrículas na educação básica por modalidade e etapa de ensino - Brasil - 2008/2014

TABELA 02: Oferta de cursos PROEJA no IFBA (2006 – 2015)

TABELA 03: Distribuição de ofertas de vaga PROEJA – BA

TABELA 04: Índice de Evasão no PROEJA/ IFBA – 2014

TABELA 05: Situação dos alunos no PROEJA – Campus Santo Amaro

TABELA 06: Dificuldade em lecionar no PROEJA

TABELA 07: N° de docentes que participaram da especialização em EJA

TABELA 08: Perfil discente a partir da descrição docente

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01: Numero de docente por Faixa Etária

GRÁFICO 02: Docentes por Titulação

GRÁFICO 03: Tempo de Experiência Docente

GRÁFICO 04: Tempo de docência no PROEJA

GRÁFICO 05: Conhecimento sobre o PROEJA

GRÁFICO 06: Conhece a Base Legal do programa?

GRÁFICO 07: Recurso pedagógico docente usado no PROEJA

GRÁFICO 08: Perfil discente a partir da descrição docente

GRÁFICO 09: Opinião docente sobre desafios do PROEJA

GRÁFICO 10: Sugestões para superação e enfrentamento das dificuldades

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01: Linha do Tempo Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

FIGURA 02: Mapa da localização dos IFS

LISTA DE SIGLAS

CEFET-BA - Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia

EJA – Educação de Jovens e Adultos

EM - Ensino Médio

EP – Educação Profissional

EPTNM - Educação Profissional Técnica de Nível Médio

ETFBA - Escola Técnica Federal da Bahia

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IF Baiano - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano

IFBA – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC - Ministério da Educação

PNE - Plano Nacional de Educação

PPC - Projetos Pedagógicos de Curso

PROEJA - Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Jovens e Adultos

SUMÁRIO

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Introdução | 15 |
| CAPÍTULO 1: Juventude de origem popular e escolarização Políticas de escolarização para jovens e adultos no Brasil: interpretações teóricas | |
| 1.1 Juventude / Juventudes..... | 20 |
| 1.2 Juventude brasileira..... | 21 |
| 1.3 Escolarização juvenil..... | 22 |
| 1.4 Trabalho Docente e Juventude de origem popular..... | 25 |
| 1.5 A juventude e o trabalho..... | 26 |
| | |
| Capitulo 2- Da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia- IFBA | |
| 2.1 Um breve histórico da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica..... | 29 |
| 2.2- Contextualizando o IFBA..... | 33 |
| 2.3 - O caminho da EJA ao PROEJA..... | 35 |
| 2.4- O PROEJA e os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia..... | 43 |
| 2.5- O PROEJA no IFBA..... | 45 |
| 2.6- O PROEJA no Campus Santo Amaro..... | 49 |
| | |
| Capitulo 3- IFBA CAMPUS SANTO AMARO EM FOCO: A dor e a delícia de ser professor do (no) PROEJA: A relação entre a percepção e o discurso oficial | |
| 3.1 Descrições da realidade: O exercício da docência no PROEJA..... | 54 |
| 3.2 Percepções docente sobre o PROEJA..... | 59 |
| 3.3 Percepções docente sobre a prática..... | 67 |
| 3.4 Percepções docente sobre os discentes..... | 69 |
| 3.5 Da tomada de consciência à busca de soluções..... | 73 |
| | |
| Considerações Finais | 77 |
| Referências Bibliográficas | 80 |
| Apêndice | 84 |
| Anexos..... | 86 |

INTRODUÇÃO

A escolha deste tema traduz um pouco das aspirações, dos sentimentos e do caminhar acadêmico de uma mulher negra, nordestina e egressa de escola pública no Estado da Bahia. A escrita desta dissertação traz por si só a representação da conquista e da vitória de mais uma etapa de formação acadêmica marcada pelo rompimento de barreiras ao superar um caminho previamente escrito e incomum.

Trata-se de parte do panorama educacional baiano e brasileiro que carrega altos índices de pobreza e analfabetismo. Concluí o ensino médio no Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET-BA) em 1999 e consegui aprovação para cursar a Licenciatura em Pedagogia na Universidade Federal da Bahia.

Inusitadamente sou uma das primeiras netas dentro de uma família descendente de uma lavadeira analfabeta do recôncavo da Bahia a conseguir cursar o nível superior em uma universidade pública. Dentre as dificuldades que me cercavam optei por avançar e romper com um destino já traçado. Ousei estudar e trabalhar de forma concomitante, igual a milhares de jovens de origem simples, decidida a superar todas as dificuldades e disposta a intervir em outras realidades semelhantes a minha. Participei de grupos de estudos, iniciação científica e ao fim da graduação fui selecionada para cursar uma especialização na Universidade de Brasília. Em 2014 iniciei o mestrado profissional em Educação de Jovens e Adultos na Universidade do Estado da Bahia e comecei a perceber o quanto minhas inquietações e experiências poderiam interferir na produção de conhecimento da educação de jovens e adultos. Curiosa e inquieta continuo meus estudos no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGE) via transferência *ex officio*, já que sou esposa de militar e mudei de residência para acompanhá-lo.

Ingressei como professora na rede federal de educação profissional e tecnológica da Bahia no ano de 2014 e avancei estudando sobre o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica (PROEJA) no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) – campus Santo Amaro. Sinto que meus ideais de diálogo e problematizações são potencializados pela docência.

O interesse por essa temática surgiu por ter trabalhado como coordenadora do curso PROEJA-FIC no Município de Salvador em parceria com o IFBA e, em

seguida, por fazer parte da comissão de avaliação do mesmo curso no Campus Santo Amaro, o que possibilitou uma maior aproximação com a realidade do Programa.

Dentro da instituição, nas reuniões e em conversas informais com os professores do PROEJA, percebi a grande necessidade de aprofundamento epistemológico sobre o curso, sua proposta, desafios e tensões provocadas no campus. As diferentes percepções docentes sobre o curso desembocam na avaliação sobre a pertinência de sua continuidade. O PROEJA constitui um novo e intrigante campo de pesquisa, já que nos referimos a integração da Educação de Jovens e Adultos com a Educação profissional oferecida em uma escola técnica tradicionalmente reconhecida pelo ensino de excelência.

Esta dissertação apresenta-se como uma contribuição para a comunidade escolar do curso Técnico em Segurança do Trabalho na modalidade PROEJA do IFBA Campus Santo Amaro que se configura como objeto de estudo deste trabalho.

Enquanto professora e membro da comissão de avaliação do PROEJA do Campus, pude observar e interagir com os atores sociais do programa que me deram subsídios para afirmar que, apesar do PROEJA vir de uma proposta do Governo Federal, trouxe consigo algumas dificuldades para efetivação da proposta e muitas resistências declaradas ou veladas por parte dos professores em relação ao público alvo destinado. Por considerar essencial ir além da retórica do discurso oficial a respeito do PROEJA e objetivando verificar a percepção docente sobre essa política educacional, como vem sendo entendida e colocada em prática no IFBA campus Santo Amaro, observei e entrevistei os docentes atuantes nesta modalidade e comecei a debruçar-me sobre esta política.

Antes de iniciarmos a discussão acerca das características do curso PROEJA, das relações estabelecidas entre percepção docente e os documentos oficiais, é essencial apresentar os referenciais teóricos nos quais nos apoiamos, o que será feito no capítulo 1.

Algumas indagações surgem decorrentes da criação do PROEJA e da sua vinculação às redes federais de ensino: Por que a oferta de Educação de Jovens e Adultos nos Institutos Federais (IF)? Quais mudanças trariam a Educação de Jovens e Adultos (EJA) para os IF? Como se dá a integração do ensino médio com a educação profissional na EJA? Quais as diferenças entre os estudantes dos cursos

já existentes nos IFs e os da EJA? O IF atende satisfatoriamente o que determina o decreto nº Decreto nº 5.840/2006 para a oferta do PROEJA?

Apresenta-se como objetivo geral deste trabalho analisar os significados dados ao PROEJA, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA, Campus Santo Amaro a partir da percepção dos docentes envolvidos. Apresentam-se os seguintes objetivos específicos:

- a) Analisar a política do PROEJA no Brasil e suas implicações no IFBA/Campus Santo Amaro.
- b) Identificar quais as concepções dos docentes sobre o Programa PROEJA e compara-las com o discurso oficial do PROEJA.
- d) Analisar quais os entraves e desafios encontrados na experiência do PROEJA no IFBA/Campus Santo Amaro – BA.

A relevância social dessa proposta relaciona-se com a dimensão da população jovem e adulta brasileira que se encontra com baixa escolaridade. Trata-se de mais de 15,6 milhões de pessoas, atendidas pelas redes públicas e privada de ensino, que buscam a escola com múltiplas expectativas, seja de alcançar um nível melhor de escolaridade, um maior reconhecimento da sociedade, de obter conhecimentos para lutar pelos seus direitos, ou seja, pela expectativa de ascensão econômica e social (RUMMERT, 2010).

Do ponto de vista acadêmico, a proposta encontra relevância na pequena quantidade de trabalhos que tratam da temática, tendo como lócus de formação as instituições de educação profissional e sua integração com a EJA.

Procedimentos Metodológicos

A metodologia desta pesquisa tenta esclarecer a percepção atribuída ao PROEJA pelos professores que atuam no Programa por meio de uma abordagem qualitativa e pautada nos discursos dos sujeitos. Buscando atingir o objetivo apresentado anteriormente e levantar as informações mais relevantes, desenvolvemos a pesquisa através dos seguintes passos:

- Levantamento bibliográfico e documental;
- Coleta de dados em setores do IFBA como a Coordenação de Registros Escolares (CORES), Pró-Reitoria de Ensino (PROEN) e a coordenação do curso de Segurança do Trabalho na modalidade EJA
- Realização de entrevistas com os docentes do PROEJA;
- Análise das entrevistas e demais informações levantadas.

Iniciamos a pesquisa a partir de um levantamento bibliográfico sobre o PROEJA. Analisamos os aspectos legais e as políticas públicas, legislação da Educação de Jovens e Adultos, legislação do PROEJA e o Documento Base do PROEJA (Brasil, 2007). Analisamos também, as produções acadêmicas sobre o Programa, incluindo teses de doutorado, dissertações de mestrado, livros, artigos, comunicações e resumos, buscando verificar as vertentes em que o PROEJA tem sido analisado.

A coleta de dados foi feita com professores que fazem parte do corpo docente da instituição de forma efetiva e gestores do IFBA, visando fazer um diagnóstico da percepção dos docentes que integram a Educação Profissional e a Educação de Jovens e Adultos sobre o PROEJA. Assim, foram entrevistados 24 professores, sendo 12 professores pertencentes à área propedêutica e 12 à área técnica. Todos responderam à entrevista semiestruturada que, apesar de iniciada com roteiro prévio, foi modificada com o decorrer da pesquisa, gravada e transcrita pela pesquisadora com autorização dos participantes para esta dissertação, com o propósito de compreender, a partir dos discursos dos sujeitos pesquisados, as percepções deles sobre o PROEJA.

As questões trazidas pelos docentes foram agrupadas por assunto e apresentadas a partir de três eixos: percepção docente sobre o PROEJA, sobre sua prática pedagógica e sobre os discentes.

Organização do estudo

O trabalho foi organizado em três capítulos. O primeiro capítulo apresenta uma discussão sobre a escolarização da juventude de origem popular no Brasil. São apresentadas diferentes concepções sobre os objetivos, finalidade e público a que se destina esta escolarização, pensada para aqueles que não tiveram oportunidade de frequência à escola regular. Chegamos então à discussão sobre institucionalização do PROEJA enquanto política pública de EJA implementada na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), os aspectos legais e teóricos com o objetivo de fornecer instrumentos necessários para conhecermos, sob uma perspectiva crítica, a concepção do Programa, suas conquistas e seus desafios.

No segundo capítulo, será apresentado o PROEJA, os documentos que norteiam a política no IFBA e no campus Santo Amaro, de modo que se possa trazer à cena as discussões em torno da política, problematizando-a e apontando alguns desafios enfrentados pelo Programa. No terceiro capítulo, são apresentadas as análises das diferentes percepções sobre o PROEJA pelos docentes pesquisados, das entrevistas realizadas, das observações feitas e dos dados oficiais cedidos pela PROEN e pela CORES - campus Santo Amaro.

Por fim, apresentamos nas considerações finais as contribuições advindas da pesquisa, porém com a certeza do inacabamento e que esta discussão não se encerra nesta pesquisa em razão de sua relevância e amplitude.

1 Juventude de origem popular e escolarização para jovens e adultos no Brasil: interpretações teóricas

Antes de iniciarmos as reflexões sobre a Educação de Jovens e Adultos no Brasil faz-se necessário abordarmos algumas questões que perpassam a discussão sobre a juventude. Afinal, a demanda pela modalidade EJA dá-se em virtude do abandono da escola pelos jovens na idade apropriada. Por que alguns continuam e outros abandonam? Será que estamos tratando dos mesmos jovens? O que diferencia o grupo que permanece do que abandona?

1.1- Juventude / Juventudes

Segundo a Constituição Federal, o termo “Jovem” se refere aos brasileiros com idade entre 15 e 29 anos completos. Esta delimitação passou a ser utilizada desde então, principalmente a partir de 2005, com a criação da Secretaria Nacional de Políticas de Juventude e do Conselho Nacional de Juventude.

A juventude é uma construção cultural com lógica própria, que designa o jovem como sujeito de suas próprias ações (FEIXA, 1998, p. 25). As características diferentes de cada grupo de jovens, desiguais condições de acesso aos bens econômicos, culturais, bem como sua relação com a educação e com o trabalho nos remetem à análise de “JUVENTUDES”, no plural, para destacar a dinamicidade e diversidade dos modos de ser jovem. De acordo com Simões (2010):

As mudanças históricas trazidas pelas transformações econômicas e sociais no mundo do trabalho, na política e na cultura produziram uma ampliação da juventude em vários sentidos: na duração dessa etapa do ciclo de vida, na abrangência do fenômeno para vários setores sociais, incluindo jovens trabalhadores, nos elementos constitutivos da experiência juvenil e nos conteúdos da noção socialmente estabelecida. (SIMOES,2010,p.101)

Partiremos dos conceitos de Juventude de Pais (1993), Sposito (1993 2000), Peralva(1997), Feixa (1998), Dayrell (1999, 2001) trazendo-o como uma condição social e um tipo de representação que passa por mudanças psicológicas, sociais e culturais variadas e entendendo-a não como uma etapa com início e fim estabelecido, nem como uma etapa de preparação para a vida adulta.

Diante desse contexto Melucci (apud MELUCCIE FABBRINI,1992) defende que existe uma fase com sequência de tempo e que depende de uma maturação

biológica. A partir daí, segundo ele, marca-se o início da fase de juventude, quando se adquire fisicamente e psicologicamente a capacidade de procriar, de se defender e de gerir suas responsabilidades.

Só existem jovens através da singularidade da sua história, a partir da sua condição social e cultural, do sexo e da sua afetividade. Tradicionalmente nas nossas sociedades, a juventude emerge como um tempo de aprendizagem e de socialização nas atividades adultas; ela é um tempo de experimentação, uma longa procura de si mesmo. (LE BRETON, 2010, p.40)

Porém, dada toda a complexidade da categoria, há críticas diversas ao uso da idade como único parâmetro de referência para a classificação de alguém ser ou estar jovem. A partir dessa discussão, usaremos a definição da juventude como parte de um processo amplo de constituição de sujeitos, que tem especificidades e são diversos. A juventude não se reduz a uma passagem, o jovem não é um pré-adulto, mas é afetado e definido diretamente pelo meio social e pelas trocas vivenciadas. Portanto, o conceito de juventude adotado traz em si algumas especificidades. Significa que não há um único modo de ser jovem nas camadas populares e devido a este fato usaremos o conceito de juventudes.

Diante das desigualdades sociais brasileiras, há que estar atento à necessidade de políticas que atendam aos diferentes tipos de jovens, considerando suas diversidades e desigualdades sociais. Na contemporaneidade os jovens enfrentam muitos e diferentes desafios e situações de vulnerabilidade, que serão brevemente apresentados a seguir.

1.2- Juventude brasileira

De acordo com dados do IPEA (2013), divulgados no livro *Dimensões da Experiência Juvenil Brasileira e Novos Desafios às Políticas*, os jovens de 12 a 18 anos incompletos correspondiam a 21 milhões de pessoas no Brasil, cerca de 11% da população, com concentração na região Sudeste (38,7%), seguida da região Nordeste (30,4%). A maior parte dos jovens são negros (64,87%), 58% são

mulheres e a imensa maioria (83,5%) é pobre e vive em famílias com renda per capita inferior a um salário mínimo.

Portanto, a juventude brasileira enfrenta um grande dilema cotidiano entre a busca pela sobrevivência, por meio do trabalho e a possível projeção para o futuro por meio da continuação dos estudos e profissionalização. A maioria dos jovens de origem popular tem baixos níveis de escolaridade, trabalho precário, altas taxas de desemprego e poucas perspectivas de vida diante das altas taxas de homicídio e violência dos bairros que frequentam. As políticas públicas brasileiras ainda não conseguiram atingir a realidade dessa parcela das juventudes que chega ao ensino médio, inclusive na modalidade EJA, carregando exclusões, conflitos e contradições resultado de uma sociedade excludente que interferirão nas suas trajetórias escolares e nos desafios que colocarão à escola. (DAYRELL; CARRANO, 2010).

Conhecer os jovens que adentram nossas escolas, conhecer e compreender a realidade específica que atinge cada grupo poderá ser uma das estratégias importantes sobre como lidar com os jovens estudantes brasileiros.

1.3 Escolarização juvenil

Quando tratamos do processo de escolarização de uma juventude pertencente à camada popular percebemos a contradição de oferta de educação para trabalhadores e a escolarização que reproduz as desigualdades sociais.

Nesse sentido:

Nosso desafio é entender as formas que, no cotidiano de jovens inseridos em programas educativos específicos, parecem contrariar a exclusão ou pelo menos que, no seu próprio ponto de vista, redefinem de forma favorável suas relações com a sociedade.
(SIMOES, 2010,p. 18)

A escola é um espaço onde circulam diversas culturas, entretanto, comumente apresenta-se como espaço de congelamento e engessamento da condição de ser jovem, reduzindo-o à condição única de aluno. Em consequência disso as instituições escolares desconsideram toda a riqueza, a dinamicidade e flexibilidade da cultura juvenil. Autores como Miriam Abramovay, Mary Garcia Castro (2015) acrescentam:

A cultura escolar modela o clima nessas instituições. Muitas vezes, se baseia em uma violência de cunho institucional, a qual se fundamenta na inadequação de diversos aspectos que constituem o cotidiano da escola - como sistemas de normas e regras que pode ser autoritário; as formas de convivência; o projeto político-pedagógico, os recursos didáticos disponíveis e a qualidade da educação - em relação as características, expectativas e demandas dos alunos. Gera-se, dessa forma, uma tensão no relacionamento entre os atores sociais que convivem na escola, bem como tem lugar a negação do acervo cultural, de rua que os jovens carregam para dentro das escolas. (ABRAMOWAY; CASTRO, 2015,p.40)

LAHIRE (2004) afirma que os esquemas de percepção e avaliação trazidos pelos jovens são muitas vezes distintos dos exigidos pela instituição de ensino. O acervo cultural trazido pelos jovens, principalmente pelos jovens de origem popular, a forma de falar, as crenças, os valores estão muito longe da cultura disseminada e imposta pela escola.

A cultura juvenil ainda não tem vez e voz ativa dentro do espaço escolar, os docentes por vezes não consideram a sua diversidade e colocam-na em uma condição passiva e homogênea. Considerando, por exemplo, o caráter compensatório oferecido aos jovens e adultos, ainda baseado na reposição de conteúdo, o ensino é direcionado ao uso de uma metodologia rígida e inflexível que não leva em conta as histórias e trajetórias de vida dos sujeitos. As instituições escolares, distantes de grande parte dos jovens, não levam em conta seus interesses e suas realidades. Um dos grandes desafios a serem superados pelas instituições escolares é permitir que mesmo entre seus muros os jovens consigam dar seguimento a seus espaços.

É preciso perceber o jovem como “sujeito de direitos” e repensar novas formas de políticas públicas que reconheçam a juventude dentro de suas potencialidades e possibilidades.

Autores como Dayrell e Carrano nos apresentam um dos possíveis caminhos:

Um bom ponto de partida é nos remetermos às novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio que apontam para a centralidade dos jovens estudantes como sujeitos do processo educativo. No parecer do Conselho Nacional de Educação que a fundamenta, fica explícita a necessidade de uma reinvenção da escola de tal forma a garantir o que propõem os artigos III e VII. O primeiro trata do aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico. O segundo discorre sobre o reconhecimento e aceitação da diversidade e da realidade concreta dos sujeitos do processo educativo, das formas de produção, dos processos de trabalho e das culturas a eles subjacentes. Por

em prática as determinações das novas diretrizes Curriculares significa, de fato, desenvolver um trabalho de formação humana que contemple a totalidade dos nossos jovens estudantes. Nossas realizações como docentes passam pelo conhecimento amplo sobre eles e elas. Reconhecer experiências, saberes e identidades culturais são condição para o relacionamento e o diálogo. (DAYRELL;CARRANO,2014,p. 210)

Refletir sobre os desafios que perpassam a formação dos jovens requer reconhecer e possibilitar participação deles nos processos formativos desde a formação teórica, valores, conteúdos históricos até a experimentação da participação democrática. Nesse sentido, praticas pedagógicas por meio de experiências educativas e formativas potencializam todo o processo de ensino aprendizagem e fortalece a construção da identidade.

Somado a isso, Dayrell e Carrano acrescentam:

Um outro desafio posto aos jovens, principalmente aos mais pobres que é a demanda de construção de identidades autônomas, bem como a ampliação de possibilidades, levam a um efeito perverso que pode ser caracterizado como uma nova desigualdade social. Além dos jovens pobres se verem privados da materialidade do trabalho e do acesso às condições materiais para vivenciarem sua condição juvenil, defrontam-se também com a desigualdade no acesso aos recursos para sua auto realização. Retoma-se aqui, a importância das políticas públicas para garantir a todos os jovens as possibilidades de vivenciarem a juventude como uma fase de direitos a fim de que possamos construir identidades positivas e projetos que afirmem sua dignidade. (DAYRELL; CARRANO, 2014,p. 245)

Portanto, a escola trabalha muitas vezes com a expectativa de um perfil de estudantes “formatados” dentro de um padrão definido como o mais aceitável, porém de forma geral recebe sujeitos de múltiplas trajetórias e experiências. Como fazer para que a metodologia de ensino seja adequada, pertinente e faça sentido para os destinatários? Os processos de interação com estes indivíduos heterogêneos e diversos visando uma autonomia efetiva necessitam de escuta ativa e de muito equilíbrio. Visto que muitas vezes, mesmo com trajetórias e experiências difíceis de sobrevivência, a persistência em continuar os estudos deve ser vista como uma vontade de superação desta realidade.

1.4 Trabalho Docente e Juventude de origem popular

Pensar uma escola e uma prática docente que atenda a “juventudes” de origem popular significa reconhecer os jovens trabalhadores sem as representações

inferiorizadas que se cristalizaram sobre eles. É importante procurar desnudar-se dos preconceitos negativos e não reproduzi-los nas práticas pedagógicas e metodológicas a que são submetidos. Arroyo, 2010 acrescenta:

Uma representação dos “outro” persistente nas políticas públicas e no pensamento escolar dos jovens que insiste em vê-los como carentes de saberes, ignorantes, irracionais, com problemas de aprendizagem, carentes de valores, com problemas de conduta e até violentos, ameaçadores. Conseqüentemente, são propostas políticas e currículos supletivos, compensadores de carências, moralizadores de condutas. (ARROYO,2010,p.60)

Superar a visão construída em torno dos adolescentes, jovens e adultos populares é desconstruir o discurso de que eles chegam às escolas cheios de carências, sem preparo e desqualificados. Romper com essa visão e desligar-se dessas amarras tanto nos currículos como nas práticas pedagógicas apresenta-se como um grande desafio aos docentes envolvidos. Espera-se que as representações inferiorizantes construídas ao longo da história e que pesam sobre esses educandos sejam desconstruídas ou que ao menos possamos oferecer a estes jovens práticas pedagógicas, currículos e docentes qualificados que garantam o direito deles terem explicações honestas e contextualizadas de como foram construídas estas representações. Caso isso não aconteça estes docentes por meio de praticas descontextualizadas apenas reforçarão a condição destes jovens como marginais, incapazes de aprender. Abrir espaço às narrativas dos jovens de origem popular, gritar pelo não ocultamento nos ambientes escolares é ir à procura dos significados dessa classificação segregadora, visando superar os caminhos perversos e injustos da exclusão e da reprovação. Trata-se de trazer o protagonismo dos jovens populares trabalhadores para o centro do debate, como outras fontes de leitura e conhecimento visando travar uma luta por reconhecimentos. (ARROYO, 2010).

Arroyo (2010) acrescenta:

Há uma queixa generalizada sobre os alunos populares que vão chegando às escolas públicas: não gostam de estudar, desmotivados para as lições dos mestres, pelos conteúdos e conhecimentos dos currículos, das disciplinas. Essa queixa não faria parte da visão que se tem do povo e de seus filhos? A representação social que se reforça é que a qualidade da escola pública e até das universidades públicas cai, se deteriora, com a

entrada dos filhos do povo, tão desmotivados para as letras, para os conhecimentos nobres. Há concepções elitistas, segregadoras e inferiorizantes dos jovens – adultos populares até em gestores de escolas e universidades públicas. (ARROYO,2010,p. 130)

Portanto, alterar a postura docente para uma perspectiva de formação humana exige uma abertura à diversidade, levar em consideração os conteúdos trazidos pelos discentes, suas especificidades e a abertura para tempos mais flexíveis que contemplem suas necessidades de conciliar os estudos com o trabalho.

1.5A juventude e o trabalho

O mundo do trabalho, seja pela sua inserção ou pela projeção de futuro, tem permeado a vida dos jovens. Dentre as mais diversas dificuldades que atravessam a juventude popular, o caminho desigual e incerto de possibilidades de trabalho para alguns setores e a limitação para outros são fortalecidos por um dos grandes dilemas enfrentados pelos jovens trabalhadores, que é a difícil tarefa de escolher entre passar mais tempo no processo de escolarização e atrasar seu ingresso no mundo do trabalho ou atender as suas necessidades básicas e iniciar sua vida profissional no mundo do trabalho.

Diante de uma sociedade inconstante, com altos números de desemprego juvenil e com trajetórias profissionais cada vez mais incertas e imprecisas, com menores remunerações, terceirização e piores condições de trabalho o próprio jovem se vê responsabilizado pela trajetória profissional escolhida e desempenhada.

A maioria dos jovens trabalhadores e de origem popular chega do trabalho a Educação de Jovens e Adultos. Corrochano (2013) acrescenta:

No Brasil, o ingresso precoce no mercado e a conciliação ou superposição de estudo e trabalho marcam a relação entre escola e trabalho no Brasil. Entre os jovens mais pobres, a necessidade de apoiar a família é um dos principais sentidos do trabalho, mas não é o único. Para além da necessidade demandas de maior independência, realização pessoal, o consumo de bens materiais e simbólicos e a realização pessoal também podem constituir-se em motivações para a inserção no mundo do trabalho. (CORROCHANO,2013 ,p.30)

O jovem brasileiro caracteriza-se por colocar o trabalho como elemento central de suas expectativas. Isso se dá pelo alto grau de desigualdade social, condições precárias de trabalho, instabilidade e baixa remuneração. É ao menos

curioso a contradição existente entre a negação do valor do trabalho pela sociedade e os resultados empíricos em relação à importância do trabalho entre os jovens (SIMÕES, 2010). Estes jovens trabalhadores brasileiros reinventam-se cotidianamente para conseguirem suprir suas necessidades de sobrevivência e em busca de “estratégias econômicas para defender-se das injustiças sociais” (TIRIBA, 2001). Decorrentes das crises econômicas e da incessante busca do sucesso profissional, muitos jovens tem buscado a educação profissional como estratégia de agarrar as chances de trabalho mesmo que de forma temporária e informal. Apesar de saberem que a escola não garante bons empregos, a maioria dos jovens ainda acredita que, se não tiverem o mínimo de escolaridade exigida pelas oportunidades de trabalho, suas chances de inserção serão ainda mais reduzidas. De acordo com Corrochano (2010):

A escola pode constituir-se em um suporte para os jovens, construindo com eles a compreensão de que não são responsáveis pelos seus eventuais fracassos. De maneira bastante intensa, os jovens sinalizam o desejo por uma escola que efetivamente se articule à esfera do trabalho. Para além da formação técnico - profissional, uma escola que não os deixe solitários na busca por caminhos, em uma sociedade onde os mecanismos e proteção social são relevantes, mas ainda recentes. (CORROCHANO,2010,p.38)

Precisamos salientar que, dentro do panorama educacional brasileiro, negar escolarização ao jovem não significa somente não oferecer a ele a educação, mas ressaltamos a forma mascarada de negação, não oferecer condições de permanência nos sistemas escolares. Isto significa obriga-lo a ter que optar entre estudar em condições precárias, estudar e trabalhar ou abandonar os estudos para trabalhar. As transformações sociais interferem diretamente no papel que a educação ocupa na execução das atividades laborais juvenis, iniciadas cada vez mais cedo, ainda que por meio do trabalho informal ou precarizado.

Segundo Prestes (2009), “não tem como negar que nem alfabetização/escolarização e nem a qualificação profissional são condições suficientes para assegurar ao trabalhador o ingresso no mercado de trabalho.” Isso, porque a autora entende que é necessário pensar em ações que auxiliem ao jovem e ao adulto resolverem seus problemas e de sua comunidade. Neste caminho, é imprescindível que os cursos ofertados, para além da formação técnica, do ensinar a

como fazer, ampliem a capacidade de se perceber como sujeito social, capaz de compreender o seu ser e sua razão de estar no mundo.

É importante compreender que o adulto, objetivo principal desta modalidade de ensino, não é um sujeito pronto, acabado, fechado em si, por conta do tempo de vida ou da experiência. Enquanto ser humano, ser do inacabamento, o adulto também está em formação.

Em tempo, é importante compreender que os jovens inseridos nos cursos de EJA, também enfrentam a realidade da incerteza, da imaturidade e da busca pelo trabalho. A maioria dos jovens brasileiros está ou estiveram inseridos no mundo do trabalho e estão preocupados com o desemprego, a violência e a droga, nesta ordem de importância. Além disso, são sujeitos excluídos dos processos de formação escolarizada, do emprego, além das tradicionais formas de exclusão por etnia e sexo (SPOSITO, 2003).

2 Educação Profissional e Tecnológica no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia- IFBA.

“Onde quer que haja mulheres e homens, há sempre o que fazer, há sempre o que ensinar, há sempre o que aprender”.

Paulo Freire

Visando contextualizar as discussões propostas sobre o estudo do PROEJA apresentaremos um breve histórico dos Institutos Federais e do Instituto Federal da Bahia.

Quando analisamos a história da Educação de Jovens e Adultos no Brasil notamos que diversos programas e projetos de escolarização foram implantados, porém, constantemente não demonstraram engajamento e comprometimento com sua efetividade. A fluidez e inconsistência, quando relembramos os programas e políticas em EJA, se dá muitas vezes por tratar-se de programas/campanhas de governo e não políticas públicas de Estado. Em consequência disso, é que frequente, ao terminar o governo, termina também a política. Uma das alternativas propostas por Romão (2007) é que precisamos substituir a ideia da EJA como uma reparação por uma oferta de educação permanente que garanta o direito de educar e de aprender ao longo de toda a vida, sem reparações e compensações, tendo-a como uma modalidade de ensino voltada a um público específico.

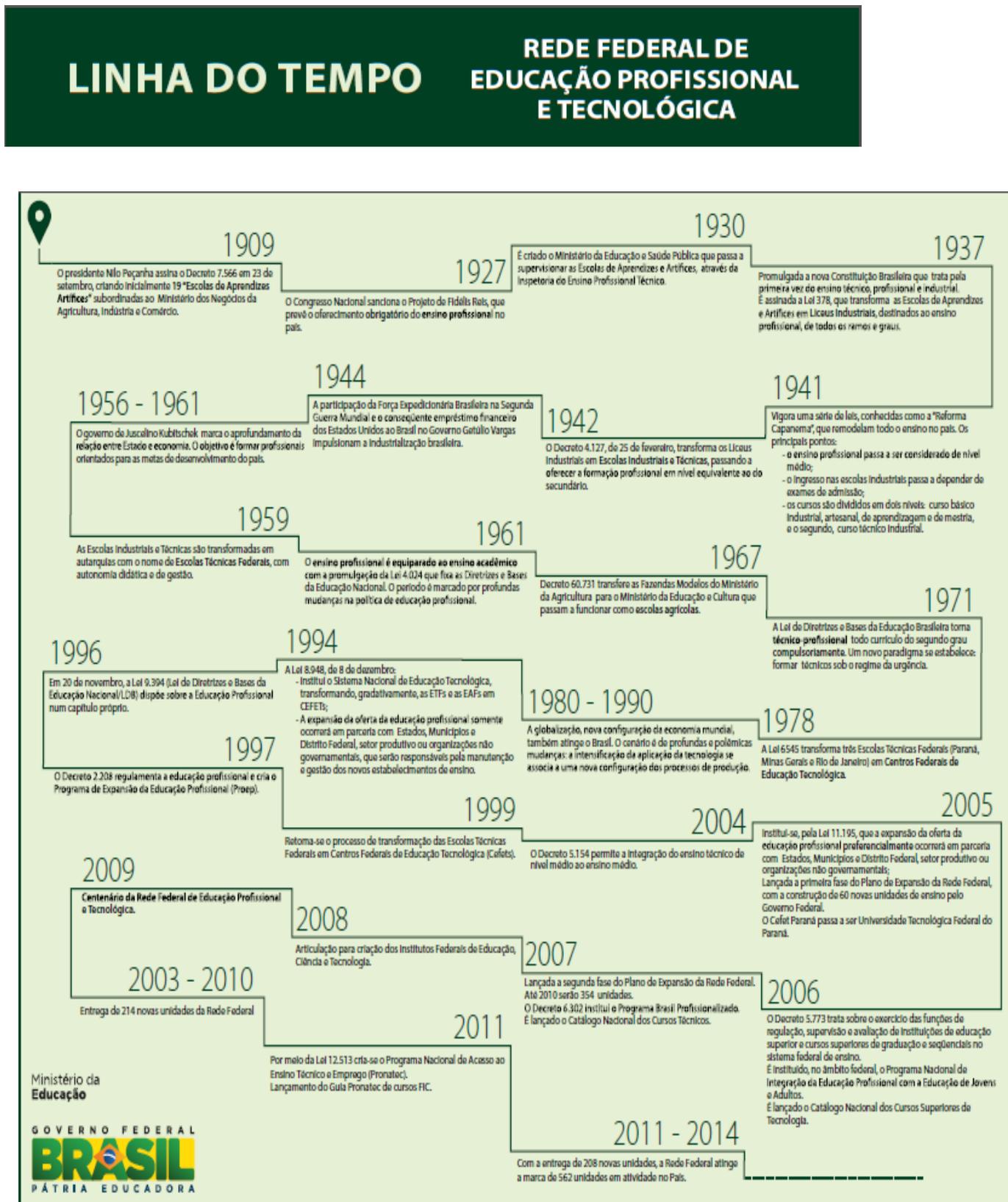
2.1 Um breve histórico da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica inicia sua história em 1909, por meio do decreto nº 7.566, sob o governo de Nilo Peçanha, com a criação de 19 escolas de Aprendizes e Artífices como instrumento de política voltado para o ensino de uma profissão para pessoas pobres, sem recursos e desvalidas. Em 1942, transformam-se em Escolas Industriais e Técnicas com oferta de formação profissional. No ano de 1959, as escolas ganham autonomia administrativa e autonomia didática e passam a denominarem-se Escolas Técnicas Federais. Em 1994 as Escolas Técnicas são transformadas em Centros Federais de

Educação Tecnológica (CEFET), apesar desta medida só se efetivar em 1999. Por meio da lei Nº 11.892/08 é instituído a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), que cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, ofertando a educação profissional nos diferentes níveis de ensino e atuando na educação básica, profissional e superior.

Atualmente os Institutos Federais representam uma importante forma de acesso às conquistas científicas e tecnológicas de qualidade por meio do trabalho vinculado da educação profissional e tecnológica à elevação de escolaridade do jovem e adulto trabalhador.

Figura 01: Linha do Tempo Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica



Conforme linha do tempo apresentada na figura 1, além da expansão no número de campi, no que se refere às ofertas de vagas nos institutos, o artigo nº 8 da Lei 11.892/08 garante que o Instituto Federal, em cada exercício, deverá garantir o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para atender e ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente, na forma de cursos integrados para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos. Também determina que cada instituto ofereça o mínimo de 20% (vinte por cento) de suas vagas para atender cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional. Os Institutos Federais são equiparados¹ às Universidades, porém, com a obrigatoriedade de oferta dos cursos técnicos de nível médio que articulem a tríade: ensino, pesquisa e extensão.

Atualmente, a Rede Federal é composta pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ) e de Minas Gerais (CEFET-MG), Escolas Técnicas vinculadas as Universidades Federais e pelo Colégio Pedro II. Ao todo são mais de 562 unidades já em funcionamento ou em fase de implantação em todo o país. (MEC, 2015).

¹- Art. 2º Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei.

§ 1º Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior, os Institutos Federais são equiparados às universidades federais.

§ 2º No âmbito de sua atuação, os Institutos Federais exercerão o papel de instituições acreditadoras e certificadoras de competências profissionais.

2.2- Contextualizando o IFBA

Inaugurado oficialmente no dia 15 de Novembro de 1926, em um prédio novo, moderno e com excelentes instalações e oficinas, a Escola de Aprendizes e Artífices oferecia cursos de trabalhos manuais ou mecânicos, dentre eles, marcenaria, alfaiataria e sapataria além de curso de alfabetização para os analfabetos.

A primeira expansão ocorreu entre 1927 a 1930, ampliando a construção com mais duas oficinas. A instituição se modificou e inseriu novos cursos, sendo eles: foto técnica, tipografia, pautação, carpintaria, mecânica, serralheria e artes decorativas. Desde o início do governo Vargas (1930), as Escolas de Aprendizes Artífices começaram a ser vinculadas ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Em 1931 foi criada a Inspetoria do Ensino Profissional Técnico (LESSA, 2002).

Após um levantamento feito pelo setor de matrículas da Instituição verificou-se que após 25 anos de existência a escola possuía 450 alunos matriculados. Uma ampliação significativa já que em 1910 eram 40 estudantes e em 1934 foi aumentado para 450.

Entre 1930 e 1945, durante o governo Vargas, o ensino profissional era dirigido para as classes populares e a partir da Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, aconteceu à primeira mudança na nomenclatura da instituição que passou a ser denominado Liceu Industrial de Salvador e o ensino profissional destinado às classes menos favorecidas.

A Lei nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942 alterou o nome da escola de Liceu Industrial de Salvador para Escola Técnica de Salvador e novamente ocorreu uma expansão com a oferta de mais dois novos cursos técnicos, Desenho de Arquitetura e Desenho de Máquinas e de Eletrotécnica (LESSA, 2002: 28).

Na década de 1940, as escolas profissionais federais passaram a exigir processo de admissão por meio de exames de seleção e este fator alterou significativamente o público atendido por essas escolas.

Entre 1961 e 1962, a Escola Técnica de Salvador sofreu outra grande ampliação com a instalação de Laboratórios e a reforma de outros já existentes, a partir do apoio do Ministério da Educação e Cultura em convênio com países do Leste Europeu. (ETFBA, 1969, p. 5).

Com a promulgação da Lei Nº 4.759, de 20 de agosto de 1965, todas as Escolas Técnicas da União foram classificadas como federais e tiveram o nome modificado para o do seu respectivo Estado e então a Escola Técnica de Salvador passa a ser denominada de Escola Técnica Federal da Bahia. Em 28 de setembro de 1993, a Lei Nº 8.711 criou o Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia – CEFET-BA, a partir da transformação da Escola Técnica Federal da Bahia. Em 1994, surgiu o primeiro campus do CEFET-BA, na cidade de Barreiras, localizada no oeste do estado da Bahia e, em seguida, mais três novas unidades nas cidades de Valença, Eunápolis e Vitória da Conquista. A LDB de 1971 (Lei nº 5.692/71) trouxe ao ensino profissional a característica de formar para o trabalho e para atender ao mercado de trabalho. Entretanto, a LDB seguinte (Lei 9.394/96) apresentou um desafio à educação profissional de superação da dualidade entre formação geral e específica, ratificada e descrita no decreto 5.154/2004, onde se lê sobre o ensino profissional:

Art. 2º A educação profissional observará as seguintes premissas:

I - organização, por áreas profissionais, em função da estrutura sócio ocupacional e tecnológica;

II - articulação de esforços das áreas da educação, do trabalho e emprego, e da ciência e tecnologia; (Redação dada pelo Decreto nº 8.268, de 2014)

III - a centralidade do trabalho como princípio educativo; e (Incluído pelo Decreto nº 8.268, de 2014)

IV - a indissociabilidade entre teoria e prática. (Incluído pelo Decreto nº 8.268, de 2014)

Historicamente, o CEFET-BA continuava subordinado às exigências de formação para o mercado de trabalho, com a missão de dar ao “desvalido” uma oportunidade de minimizar os efeitos de uma sociedade excludente. De acordo com Araújo (2010, p. 483), a educação profissional precisa romper com essa dicotomia entre teoria x prática e guiar-se por práticas pedagógicas que permeiem a possibilidade de construção conjunta e de forma concomitante entre os conhecimentos gerais e os conhecimentos específicos.

No final de 2008, a partir da Lei nº 11.892, o Governo Federal criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, com a seguinte concepção:

Na proposta dos Institutos Federais, agregar à formação acadêmica a preparação para o trabalho (compreendendo-o em seu sentido histórico, mas sem deixar de firmar o seu sentido ontológico) e discutir os princípios das tecnologias a ele concernentes dão luz a elementos essenciais para a definição de um propósito específico para a estrutura curricular da educação profissional e tecnológica. O que se propõem é uma formação contextualizada, banhada de conhecimentos, princípios e valores que potencializam a ação humana na busca de caminhos de vida mais dignos. (MEC, 2010)

Por meio do Decreto nº 5154/04, os Institutos Federais, membros da RFEPCT podem oferecer cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio articulada com o Ensino Médio nos seguintes formatos:

- Integrada: Destinada aos estudantes que já concluíram o ensino fundamental e que a formação profissional se dará na mesma Instituição e com uma única matrícula.
- Concomitante: Destinada aqueles que já tenham concluído o ensino fundamental ou estejam cursando o ensino médio, porém, com matrículas distintas para cada curso.
- Subsequente: oferecida para quem já concluiu o ensino médio.

2.3 - O caminho da EJA ao PROEJA

O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, instituído pelo Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006, é uma política pública que orienta a unificação de ações de profissionalização (nas categorias formação inicial e continuada de trabalhadores e Educação Profissional Técnica de Nível Médio) à educação geral (no nível fundamental e médio), desenvolvida na modalidade consagrada a jovens e adultos (MACHADO, 2006).

De acordo com Machado (2006) a criação do PROEJA tenta superar o modelo de educação oferecida aos jovens e adultos dentro de uma perspectiva restrita de suplência à escolaridade perdida através do aligeiramento dos processos educacionais que na maioria das vezes eram acompanhados de baixa qualidade.

Regido pelo decreto Nº 5.840, DE 13 de Julho de 2006.:

Art. 2º As instituições federais de educação profissional deverão implantar cursos e programas regulares do PROEJA até o ano de 2007.
§ 1º As instituições referidas no **caput** disponibilizarão ao PROEJA, em 2006, no mínimo dez por cento do total das vagas de ingresso da instituição, tomando como referência o quantitativo de matrículas do ano anterior, ampliando essa oferta a partir do ano de 2007

Os Institutos Federais são obrigados a oferecer cursos na modalidade de EJA e com o enorme desafio da inexperiência e da urgente necessidade de capacitação docente, suporte administrativo, e um currículo integrado que atenda as características desta modalidade. Para Machado (2006):

O PROEJA se estabelece e ganha significação no contexto de mudança paradigmática e de busca de universalização da educação básica, de ampliação das oportunidades de qualificação profissional e de perspectivas de continuidade de estudos em nível superior a um público portador de escolaridade interrompida, fator limitador das chances de melhor inserção na vida social e no mundo do trabalho. (MACHADO, 2006, p. 38)

O PROEJA traz consigo todos os debates e desafios do conceito de educação profissional construído e perpetuado no Brasil ao longo de décadas. Tradicionalmente temos tido, de um lado, a educação profissional destinada às camadas populares e, do outro, o ensino propedêutico para as classes médias. De acordo com Machado (2006) a tentativa reparadora do programa evidencia o reconhecimento de exclusão educacional por uma parcela da população e o desafio de superá-la por meio do exercício e preparação para o trabalho.

Continuar os estudos e descobrir a possibilidade de melhores condições de vida por meio do trabalho configura-se como essencial para um público que, de acordo com Santos (2006), é definido como um/a aluno/a que foi expulso/a da escola regular ou a ela não chegou e que está fora da idade considerada “certa”. Na maioria das vezes é um aluno/uma aluna que trabalha e não tem tempo disponível para aprofundar seus estudos.

A educação de jovens e adultos é uma modalidade de ensino que deve se expressar como espaço de construção e de valorização de conhecimentos já

trazidos pelo sujeito, privilegiando o acolhimento e os interesses desses jovens ou adultos, que retornam à escola para dar continuidade a sua escolarização. Sob esse prisma, oferecer um ensino médio integrado à educação profissional na modalidade de Educação de Jovens e Adultos pode apresentar-se como um potencializador de oportunidades aos milhares de jovens e adultos que tiveram o direito negado durante uma idade difundida como "idade apropriada". As intenções descritas no PROEJA apontam para uma articulação da educação básica com a educação profissional e o mundo do trabalho como tentativa de garantir o direito de acesso e sucesso na educação básica a todos.

Muitas críticas existem em torno do direcionamento do Programa para o eixo de capacitação para o trabalho. Dentre os aspectos apontados está à possibilidade de uma formação que vise o atendimento somente ao mercado de trabalho e esquecendo-se do aspecto primordial e norteador que deveria guiar todas as ações da Educação de Jovens e Adultos que é a formação humana. Sob a perspectiva de mercado, o papel educacional do PROEJA é formar para atender aos interesses do mercado de trabalho e manter a centralidade no eixo econômico. Partindo destas reflexões críticas, Moura, 2012, defende que a formação técnica é necessária, mas não suficiente, trata-se, pois de pensar uma proposta alterativa que leve em conta à formação para a dimensão humana. O autor acrescenta que ter uma educação com a centralidade na dimensão do ser humano não significa desprezar a técnica e a economia, mas reafirma que o foco principal está nos sujeitos envolvidos que além de dominar os conhecimentos técnicos deverão compreender a sociedade que estão envolvidos e sua condição de ser humano emancipado e autônomo

Traçando um breve panorama histórico do PROEJA temos o decreto nº. 2.208/1997 que determina a separação entre o ensino médio e a educação profissional técnica, e sua revogação pelo decreto nº. 5.154/2004 que permite a integração entre os mesmos. A partir em 13 de julho 2006 o Decreto nº 5.840, substitui o Decreto nº 5.478/2005 instituindo o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos e determina que todas as instituições federais devem a partir de 2006 oferecer e reservar 10% do total das vagas para cursos técnicos integrados ao ensino médio na modalidade EJA. Por meio desta substituição, o programa passa a abranger a formação inicial e continuada de trabalhadores do Ensino Fundamental

(PROEJA – FIC – Formação Inicial e Continuada) e a educação profissional técnica de nível médio. Além disso, o programa passa a ser oferecido também por instituições públicas estaduais e municipais e entidades privadas vinculadas ao Sistema S que é formado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem (SENAI); Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC); Serviço Social da Indústria (SESI); Serviço Social do Comércio (SESC); Serviço Social de Transporte (SEST); Serviço Nacional de Aprendizagem Agrícola (SENAR); Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP).

Visando dar celeridade no processo de implantação do PROEJA, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação realizou várias oficinas pedagógicas com o objetivo de capacitar gestores e professores e propor análises e reflexões sobre o Programa. O produto destes debates trouxe mudanças significativas como:

1. Ampliação da carga horária
2. Ampliação dos espaços educacionais, incluindo então as redes estaduais e municipais.
3. Ampliação do programa ao ensino fundamental

Segundo o artigo 1º do decreto Nº 5.840, de 13 de julho de 2006.:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, conforme as diretrizes estabelecidas neste Decreto.

§ 1º O PROEJA abrangerá os seguintes cursos e programas de educação profissional:

I - formação inicial e continuada de trabalhadores; e

II - educação profissional técnica de nível médio.

§ 2º Os cursos e programas do PROEJA deverão considerar as características dos jovens e adultos atendidos, e poderão ser articulados:

I - ao ensino fundamental ou ao ensino médio, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador, no caso da formação inicial e continuada de trabalhadores, nos termos do art. 3º, § 2º, do Decreto no 5.154, de 23 de julho de 2004; e

II - ao ensino médio, de forma integrada ou concomitante, nos termos do art. 4º, § 1º, incisos I e II, do Decreto no 5.154, de 2004

Dentre as ações que foram desencadeadas a partir das diretrizes, destacam-se os cursos de especialização voltados à formação de profissionais para atuarem no PROEJA e a formação de agentes de pesquisa multiplicadores. Apesar desses avanços, alguns entraves são detectados e, nesse sentido, Oliveira e Cesarino (2008, p. 15,16) referindo-se à percepção da comunidade em relação aos sujeitos da EJA, afirmam:

Há necessidade de se romper com os estigmas produzidos em relação aos alunos da EJA considerados sem preparo, sem base, sujeitos que ameaçam a tradição de excelência da escola, que deve estar alerta para a forma como a inclusão desses sujeitos vem sendo feita, de forma a evitar que sejam produzidas novas exclusões dentro do próprio sistema. (OLIVEIRA;CESARINO,2008,p.15,16)

A partir do conceito de campo de Bourdieu, que se caracteriza como a interiorização da exterioridade, é como se o IFBA pudesse determinar no campo da Educação Profissional um padrão de ensino de qualidade para a formação do ensino técnico e profissional.

À medida que o IFBA se consolidam como campo de qualidade da educação profissional, os agentes em seu interior desenvolvem um habitus, a exteriorização da interioridade (BOURDIEU, 2009), no qual a identidade da instituição passa a ser alimentada pela crença de seus agentes sociais de que seu trabalho é de qualidade e fortalece por meio de suas atitudes através das práticas cotidianas de convivência social e pedagógicas

Esse movimento caracteriza a identidade da instituição e, fortalece o jogo de forças e poder para a manutenção da ideia de hegemonia. Entretanto, quando o governo federal por meio de leis e decretos impõe sobre a instituição drásticas modificações, como, por exemplo, a oferta do PROEJA, em sua organização, as estruturas institucionais enquanto campo social são tencionadas com evidentes reflexos sobre o habitus do IFBA, de modo que os agentes envolvidos sinalizam para a resistência da instituição pela manutenção de sua identidade, sem perceber que esta proposta se configura em uma negação de sua função social original de atendimento de uma educação profissional pública e de qualidade.

O decreto ainda acrescenta que os cursos do PROEJA deverão atender as necessidades e características locais e regionais fortalecendo o desenvolvimento sócio, econômico e cultural da região ao qual se insere o programa. Em 2007, o Governo Federal lança o Documento Base do PROEJA com o objetivo de orientar a construção do projeto político-pedagógico dos cursos PROEJA.

É preciso destacar que a proposta do curso PROEJA é que ele seja realizado prioritariamente através dos institutos federais ou poderá ser adotado pelas instituições públicas dos sistemas de ensino estaduais e municipais e pelas entidades privadas nacionais de serviço social, aprendizagem e formação profissional vinculadas ao sistema sindical (“Sistema S”), além das articulações interinstitucionais ou intergovernamentais. Essa realidade denota, em seu processo de execução, dificuldades operacionais, uma vez que muitas vezes o curso é realizado em instituições sem histórico com a formação de EJA e possuem estruturas e propostas pedagógicas diferentes. Apesar de algumas iniciativas em campus isolado dos CEFETs no campo da EJA, ainda desarticuladas da educação profissional, a rede federal não possuía professores formados para atuar no ensino médio propedêutico da EJA, quanto mais no ensino médio integrado à educação profissional. É importante assim, reconhecer os desafios que se estabelecem para a consolidação de uma proposta de integração curricular, buscando compreender em seus projetos pedagógicos as interfaces ou não dessa integração curricular.

Os documentos que embasam o PROEJA trazem a perspectiva de formação integral do discente, dando a ele possibilidade de compreender a realidade ao qual está inserido e o mundo do trabalho, não somente para atender as exigências de mercado. Assim o Documento Base (2007, p 35) traz:

Assim, uma das finalidades mais significativas dos cursos técnicos integrados no âmbito de uma política educacional pública deve ser a capacidade de proporcionar educação básica sólida, em vínculo estreito com a formação profissional, ou seja, a formação integral do educando. A formação assim pensada contribui para a integração social do educando, o que compreende o mundo do trabalho sem resumir-se a ele, assim como compreende a continuidade de estudos. (DOCUMENTO BASE, 2007,p.35)

O PROEJA foi criado com o objetivo de ofertar de forma integral a educação profissional e tecnológica na modalidade EJA. Porém faz-se necessário pensar esta oferta de forma efetiva e eficiente, atrelada à garantia de formação pedagógica do corpo docente atuante no programa, já que os Institutos Federais apresentam pouca experiência no oferecimento da modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Também é necessário um processo seletivo que dê oportunidade ao público ao qual a política se destina e mecanismos que deem possibilidade de permanência destes discentes, visto que a evasão ainda é bastante significativa. Trata-se de indivíduos que foram excluídos de sua trajetória escolar *regular*, que evadiram ou nunca tiveram acesso à escola.

Esse perfil causa certo estranhamento aos docentes, atuantes no PROEJA, pertencentes ao quadro dos Institutos Federais. Porém, como em toda instituição escolar, os processos pedagógicos pressupõem as relações que perpassam os eixos entre o conhecimento e o poder e que acabam refletindo em algumas práticas de ritos e mitos na instituição. Algumas dessas regras informais e não ditas compõem na instituição alguns elementos mais poderosos que algumas regras explícitas. Trata-se de perceber que a proposta do PROEJA representa uma conquista necessária e um avanço na esfera educacional de jovens e adultos no Brasil, portanto, é preciso destacar a relevância da percepção docente sobre o curso, bem como a elaboração de seus planos e sua efetiva prática como elementos propulsores do sucesso desta política e visando superar os desafios da sua execução, em especial nos institutos federais.

Prevista pelo documento de base do PROEJA, a concepção de ensino médio integrado ao ensino profissionalizante destinada ao público da EJA deverá ser igual a destinada aos adolescentes, apesar de apresentar metodologia, material didático e estratégias pedagógicas específicas para cada um desses grupos. Dentro desta perspectiva, pensar o ensino médio integrado, seja ele destinado a adolescentes ou a jovens e adultos, é considerar as disciplinas duras e humanas em nível igual de importância e necessárias ao desenvolvimento integral dos indivíduos. Nesse sentido, a discussão visa romper com a dicotomia instaurada, na perspectiva de buscar uma formação integral, sem separar o que é geral e o que é específico.

Apesar desta separação entre disciplinas propedêuticas e disciplinas técnicas permearem todas as discussões do ensino médio integrado independente da modalidade, no PROEJA, ocorre uma maior hierarquização na formação com ênfase instrumental, em detrimento dos aspectos gerais. Em virtude desta diferenciação do ensino médio integrado oferecido a adolescentes e o ensino médio integrado na modalidade PROEJA temos uma distribuição diferenciada de carga horária, menor nas disciplinas propedêuticas da EJA e maior no ensino médio integrado.

As práticas pedagógicas que propiciem essa articulação exigirão que haja uma integração entre os conteúdos e as vivências dos sujeitos para os quais se destinam. Contudo, as dificuldades enfrentadas pelos professores de EJA e gestores educacionais apontam a necessidade de refletir sobre as práticas pedagógicas que devem ser desenvolvidas para atender com qualidade essa demanda.

Um dos entraves da qualidade da educação ofertada aos jovens e adultos é a perspectiva docente de perda de prestígio da Instituição formadora. Segundo Moura (2008, p.10), a prática docente é diferente de acordo com os níveis e modalidades de ensino, assim como a demanda de formação apropriada considerando cada especificidade dessa atuação. Ainda segundo o autor, as práticas para atuarem na modalidade EJA na Educação Profissional devem considerar os seguintes eixos: área de conhecimentos específicos; formação didático-político-pedagógica; diálogo constante de ambas com a sociedade em geral e com o mundo do trabalho. (MOURA, 2008, p. 15).

Além das questões acima descritas, as contradições continuam e se destacam na relação dual entre a educação básica e profissional oferecida no Brasil, marcada pela educação propedêutica para as elites, voltada para a formação de futuros dirigentes, e a educação profissional dentro de uma perspectiva assistencialista com o objetivo de atender aqueles que não tinham condições sociais satisfatórias. Os debates acerca da educação profissional e mais especificamente, acerca do educador para a educação profissional, tem sido recorrentes e podem ser percebidos na separação e distinção entre profissionalização e escolarização (visão dissociativa) ou como a “soma” da profissionalização com a “escolarização.” (ARAUJO, s.d, p. 6). Essa visão também repercute na prática docente, na opção metodológica e tem seus desdobramentos na formação dos alunos do PROEJA que,

por sua vez, não tem sua especificidade atendida, e acabam estudando sem motivação e muitas vezes desistem do processo de escolarização e formação profissional. A necessidade de experiência de formação docente continuada é fundamental na superação da dicotomia entre formação propedêutica e profissional, oportunizando aos docentes e demais profissionais envolvidos discutirem em conjunto as propostas de formação da EJA. Segundo Machado:

A maioria dos cursos de formação de professores nos prepara para atuar com o aluno ideal e - por que não dizer? - irreal. Aprendemos os conteúdos de nossas áreas, conhecemos algumas ferramentas pedagógicas e metodológicas, mas estamos longe de pensar a realidade concreta da escola na qual iremos atuar. (MACHADO, 2009, p. 30)

Uma proposta pedagógica nascida da necessidade dos docentes e profissionais envolvidos tem a possibilidade de superação desta formação para o aluno ideal do qual Machado (2009) nos fala, apontando para o aluno real que permeia nossas salas de EJA. Esses alunos reais, os discentes do curso a ser analisado, têm histórico de abandono da escola, não continuaram seus estudos na idade regular e não tiveram acesso ao Ensino Fundamental na idade apropriada. A necessidade de ajudar na renda familiar potencializou o abandono da escola para trabalharem. Entretanto, ao se depararem com um mercado de trabalho com baixos salários ou até mesmo com o desemprego, retornam à escola, como possibilidade de “salvação” da sua condição precária, acreditando que a mesma poderá trazer melhoria na qualidade de vida, salários mais elevados e empregos efetivos. Assim, mantêm expectativas de uma formação educacional com qualificação profissional.

A implantação efetiva do PROEJA enfrenta muitos desafios e dificuldades, que, em grande parte, decorrem de algumas distorções do programa. Como veremos mais adiante, o desafio pedagógico e metodológico é enorme por constituir uma ação inovadora, já que a rede federal de ensino tem tradicionalmente destinado suas ações a alunos com trajetórias regulares e reconhecido como de “excelência”. Deparar-se, então, com jovens e adultos vindos de camadas populares e marcados por uma trajetória escolar cheia de interrupções trouxe consigo uma série de dificuldades e percepções docentes diferentes

Para Machado (2006):

O PROEJA busca de universalização da educação básica, de ampliação das oportunidades de qualificação profissional e de perspectivas de continuidade de estudos em nível superior a um público portador de escolaridade interrompida, fator limitador das chances de melhor inserção na vida social e no mundo do trabalho. (MACHADO, 2006, p. 38)

2.4- O PROEJA e os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Em 107 anos de história da Rede Federal de Educação Profissional qual o lugar da EJA nos Institutos Federais? Criados em 2008, por meio da Lei nº 11.892 os IF trazem a possibilidade de oferta de ensino da educação profissional para todos os níveis e modalidades, mantendo o referencial de excelência que já possuem.

O artigo 7º da referida lei traz em seus objetivos:

I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

Assim, fica mais claro o desafio posto aos institutos de atender a população jovem e adulta com a mesma excelência com que atendem o público anterior. Implantado nos Institutos Federais de forma compulsória, por Decreto, no ano de 2005, o PROEJA surge com muitas possibilidades de atendimento, inclusão, atuação docente e institucional e, ao mesmo tempo, com muitos desafios.

O PROEJA é apresentado com um potencial de reparar e incluir uma parte da população que não concluiu a Educação Básica na suposta idade certa e com o objetivo de qualifica-los para o mundo do trabalho. Ainda que de forma obrigatória, a inserção do PROEJA na rede federal significa um marco importantíssimo no contexto político e social da educação brasileira na modalidade de jovens e adultos.

Sob um contexto do Plano Decenal de Educação para Todos (1993 – 2003) e da Lei de Diretrizes e Bases Educação Nacional (Lei 9394/1996), surge o PROEJA em 2006, com a intenção de atender a muitos brasileiros com mais de 15 anos que não concluíram a Educação Básica. A partir deste panorama, o PROEJA visa

superar a separação existente entre trabalho manual e trabalho intelectual, partindo da perspectiva do trabalho como princípio educativo. De acordo com o Documento Base (2007, p. 38):

O quarto princípio compreende o trabalho como princípio educativo. A vinculação da escola média com a perspectiva do trabalho não se pauta pela relação com a ocupação profissional diretamente, mas pelo entendimento de que homens e mulheres produzem sua condição humana pelo trabalho — ação transformadora no mundo, de si, para si e para outrem. (DOCUMENTO BASE, 2007, p. 38)

Mesmo após 10 anos de implantação da política, os Institutos Federais ainda buscam o melhor caminho para atender - com o mesmo grau de qualidade e excelência oferecido aos estudantes regulares - aos discentes jovens e adultos oriundos de camadas populares, excluídos do sistema regular de ensino e com trajetórias marcadas por idas e vindas, aprovações e dupla repetência. De acordo com Machado (2011, p. 30), os estudantes da EJA, nos cursos técnicos de nível médio da rede federal, são considerados pelos docentes da rede uma “ameaça” à posição de excelência dessas instituições. Estamos nos referindo a um grupo de indivíduos marcados por interrupções em suas trajetórias escolares, cheios de expectativa na busca de melhores empregos, inserção no mundo do trabalho e de ascensão social por meio de uma educação oferecida por uma instituição socialmente reconhecida por sua excelência e de grande valor simbólico.

Autores como Castro, Barbosa e Barbosa (2011) relacionam a entrada desses alunos nos institutos federais com o questionamento do que é uma educação de qualidade e a quem ela é oferecida. Acrescentam que uma educação de qualidade necessita ser oferecida de forma inclusiva, socialmente eficiente e democrática no acesso e permanência dos educandos. Dentro deste contexto, questiona-se a qualidade, eficiência e eficácia de um ensino técnico direcionado ao trabalho, entretanto, que ainda não consegue efetivamente incluir os trabalhadores na medida em que os cursos da modalidade EJA ainda são vistos de forma negativa e ofertados no improvisado.

Um dos grandes desafios dos Institutos Federais é que, além de precisarem manter sua excelência em uma modalidade diferente da habitual, ainda faz-se necessário que seja dada atenção aos princípios e diretrizes do documento Base, a necessidade de manter docentes qualificados, a elaboração de materiais didáticos e

instrumentos avaliativos, bem como metodologias e propostas curriculares específicas que considerem os saberes e experiências trazidas pelos discentes e que os auxiliem a concluírem o curso com êxito.

Segundo Moll (2010) ofertar educação técnica de nível médio atrelada a EJA e manter a qualidade histórica formativa dos IF é algo desafiador e latente, já que não basta, de forma obrigatória, permitir a entrada dos alunos de camadas populares, mas pretendia-se democratizar o acesso à educação pública, gratuita e de qualidade para que de fato a política de inclusão se efetive. Os alunos da EJA ainda entram nesses espaços sem sentirem-se pertencentes a estas instituições. Sob esse olhar, “dentre os equívocos a serem superados está o de que essa modalidade de ensino pode ‘manchar’ a imagem da instituição, reconhecida pelo seu ensino de excelência”. (SANTOS, MARTINS, BARACHO, 2010,p.226).

2.5- O PROEJA no IFBA

Com o Plano de Expansão dos Institutos Federais no Brasil e com o objetivo de profissionalizar cada vez mais jovens e adultos, em 2005, o presidente Luís Inácio Lula da Silva, através do Decreto nº 5.478, de 24 de junho de 2005, institui o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos, o PROEJA e obriga todos os Institutos Federais de Educação Tecnológica a oferta-lo.

No ano de 2006, o CEFET-BA começa a oferecer as primeiras turmas na modalidade PROEJA. Inicialmente são criadas nas cidades de Valença, Barreiras, Vitória da Conquista, Salvador e, posteriormente, no ano de 2010, em Santo Amaro.

No final de 2008, a partir da Lei 11.892, o Governo Federal transforma os CEFETs em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

De acordo com dados fornecidos pelo SETEC/MEC sobre o número de matrículas, realizado em 2012 no último levantamento, o PROEJA na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica na região Nordeste apresenta um total de 41.142 estudantes. As primeiras turmas do curso, no campus Salvador, previstas para início em 2006.1, só iniciaram aulas em 2006.2. Alguns dos argumentos utilizados para o adiamento foi a falta de alunos, já que o público alvo da política ainda não conhecia o PROEJA. Assim, somente 6 campi ofertaram cursos na modalidade PROEJA.

Tabela 02: Oferta de cursos PROEJA no IFBA (2006 – 2015)

| <i>Campus</i> | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 |
|-----------------|-----------------------------------|------|------------------|-----------------------|-----------------------|------------------|------|------|------|------------------|------|
| Barreiras | Eletromecânica | | | | | | | | | Não foi ofertado | |
| Eunápolis | Agente de saúde | | Não foi ofertado | | | | | | | | |
| Salvador | Infraestrutura urbana | | | | Saneamento | | | | | | |
| Santo Amaro | Não foi ofertado | | | Segurança do trabalho | | | | | | | |
| Valença | Informática, Turismo, Aquicultura | | Não foi ofertado | | Informática e Turismo | Não foi ofertado | | | | | |
| V. da Conquista | Informática | | | | | | | | | Não foi ofertado | |

Fonte: Diretoria de Ensino-IFBA, 2016

Em 2005, ano de criação do PROEJA, o IFBA era composto pelo campus Salvador, Barreiras, Eunápolis, Valença e Vitória da Conquista. A partir do primeiro momento de expansão da Rede Federal são criados os campi de Camaçari, Santo Amaro, Simões Filho e Porto Seguro. Destas nove unidades, cinco aderem ao PROEJA no ano de 2006 como fora mostrado na tabela 02. Posteriormente, dando continuidade à expansão, em 2010, são inaugurados os *campi* de Feira de Santana, Ilhéus, Irecê, Jacobina, Jequié, Paulo Afonso e Seabra, passando de 9 para 16 o número de campi. Ainda em 2010, uma nova fase de expansão acrescentou os *campi* de Brumado, Euclides da Cunha, Juazeiro, Lauro de Freitas e Santo Antônio de Jesus, porém não chegaram a implantar turmas do PROEJA. Atualmente (2017), do total de 23 *campi*, somente o campus Santo Amaro e Salvador possui turmas do PROEJA.

Tabela 03: Distribuição de ofertas de vaga PROEJA – BA

| Campus | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 |
|-------------------------|------------|------|------------|------|------|------------|------|
| Barreiras | 80 | 75 | 80 | 80 | 70 | Sem oferta | |
| Eunápolis | Sem oferta | | | | | | |
| Salvador | 60 | 60 | 60 | 60 | 60 | 60 | 50 |
| Stº Amaro | 40 | 55 | 40 | 50 | 50 | 50 | 50 |
| Valença | Sem oferta | 75 | Sem oferta | | | | |
| Vtº da Conquista | 35 | 35 | 40 | 40 | 40 | Sem oferta | |

Fonte: CORES/ IFBA

As altas taxas de evasão em todos os campi do IFBA reforçam o desafio pedagógico que todos enfrentam.

Tabela 04: Índice de Evasão no PROEJA/ IFBA – 2014

| Técnico Modalidade PROEJA | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 |
|---------------------------|-------|--------|-------|-----------------------------------------|------|
| | 8,43% | 13,81% | 6,14% | AINDA EM ESTUDO E SEM DADOS ATUALIZADOS | |

FONTE: Diretoria de Ensino / IFBA

Nesse sentido, percebemos que temos muito que avançar, principalmente quando consideramos que, de acordo com dados da Diretoria de Gestão de Pessoas do Instituto, 80% dos docentes do IFBA não possui formação para atuar na EJA. Portanto, problemas como evasão, reprovação e práticas pedagógicas inadequadas tornam-se mais preocupantes.

Assim, em dez anos de implantação do Programa, fazendo uma análise referente ao número de *campi* em atividade, o IFBA apresenta uma redução de oferta nos *campi* de 26% para 4% nos cursos do PROEJA.

Figura 02: Mapa da localização dos IFS



Fonte: IFBA /2017

O IFBA, atualmente tem 23 campi, nas cidades: Barreiras, Brumado, Camaçari, Euclides da Cunha, Eunápolis, Feira de Santana, Irecê, Ilhéus, Jacobina, Jequié, Juazeiro, Paulo Afonso, Porto Seguro, Salinas da Margarida, Salvador, Santo Amaro, Seabra, Simões Filho, Ubaitaba, Valença e Vitória da Conquista, Lauro de Freitas e Santo Antônio de Jesus. Dentre eles somente 6 ofereceram o PROEJA inicialmente e hoje, somente o campus Santo Amaro e Salvador tem oferta nesta modalidade.

2.6- O PROEJA no Campus Santo Amaro

A cidade de Santo Amaro situa-se no Recôncavo Baiano a 75 km da capital, Salvador. Possui uma área de 493 km², e uma população de 57.811 habitantes, cuja densidade demográfica corresponde 117,26 (hab./ Km²). (IBGE, 2010). Com forte tradição da lavoura canavieira, a região é marcada por importantes engenhos de açúcar, e por muitos descendentes de quilombolas. Uma das principais preocupações da região trata-se de questões ambientais marcadas pela alta contaminação por chumbo, cádmio e outros metais pesados, nas diversas áreas da cidade. Santo Amaro é uma das cidades mais contaminadas do mundo (DI GIULIO, 2010)

O atual campus de Santo Amaro, um dos campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) foi criado em 25 de setembro de 2006, ainda como CEFET-BA, e, a partir de 2008, por força da lei 11.892/2008, transformou-se em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA –Campus Santo Amaro.

O campus foi criado como resultado de muitas lutas dos movimentos sociais, do poder público local, da comunidade de Santo Amaro e dos Municípios do entorno que reivindicaram uma unidade do Centro Federal de Educação Técnica – CEFET com o objetivo de oferecer educação pública, de qualidade e aumentar o desenvolvimento e investimentos da região.

O campus iniciou suas atividades de ensino em 2006, com os cursos de Tecnologia da Informação e Eletromecânica na modalidade subsequente, com uma entrada anual de 160 estudantes, 04 (quatro) professores e 06 (seis) técnicos administrativos. Apesar da aproximação com uma antiga fábrica da COBRAC (Companhia Brasileira de Chumbo), em que há comprovação de contaminação com o chumbo acima do permitido, a instituição é sediada na Rua São José, S/n, no bairro Bonfim, a margem de uma linha férrea em uso. No ano de 2007 o campus triplicou o número de alunos, professores e funcionários, além de incluir os cursos de Licenciatura da Computação. Atualmente, com base nos dados de 2016.2, o campus atende 550 estudantes e possui um quadro de 74 docentes e 43 Técnicos administrativos, além de 07 estagiários.

O PROEJA no campus Santo Amaro iniciou suas atividades em 2010 com o curso de Técnico em Segurança do Trabalho. Implantado de forma verticalizada, de forma impositiva, sem participação da comunidade interna e externa, o PROEJA, surgiu no campus como uma proposta da direção para dar utilidade a um novo espaço do Campus no turno noturno e decidiu ofertar um curso técnico em Segurança do Trabalho na modalidade PROEJA.

De acordo com o coordenador do curso, na época, o curso foi implantado sem qualquer consulta pública, ou estudo de demanda, sem ao menos ter um plano de curso aprovado pelo CONSUP e sem coordenação de curso até 2011. Por meio da Resolução nº 64 de 02 de setembro de 2011 o Plano de curso foi aprovado pelo CONSUP – Conselho Superior do IFBA mesmo já tendo três módulos em andamento.

O curso de Técnico em Segurança do Trabalho apresenta-se sob a forma de currículo integrado e possui uma carga horária de 2.700 horas, no turno noturno. Essa carga horária de 2.400 horas presenciais é distribuída da seguinte forma: 1.200 horas para as disciplinas propedêuticas ou de conhecimentos gerais (formação de Ensino Médio) e 1.200 horas para as disciplinas técnicas (formação profissional). Após a conclusão das disciplinas, o estudante deve obrigatoriamente realizar o Estágio Curricular Supervisionado de 300 horas, na própria instituição, ou em empresas conveniadas e apresentar a defesa de um TCC- Trabalho de Conclusão de Curso, que é individual e pode ter um dos seguintes formatos: estudo de caso; monografia; patente; protótipo; plano de negócio; projeto experimental; plano de desenvolvimento ou plano de intervenção. Só então, depois de aprovado, terá concluído o curso e, poderá registrar-se no MTE – Ministério do Trabalho e Emprego.

Sob orientação do Documento Base do PROEJA, o curso pode ser realizado na modalidade semipresencial e o plano de curso descreve que 75% da carga horária deverão ser presenciais e o restante da carga horária será desenvolvido através de atividades como: questionários, lista de exercícios, aplicações práticas, visitas de campo, resenha, resumo, debate, fóruns, chats, ambiente virtual de aprendizagem (moodle) [...]. (IFBA, 2011, pg. 30). Vale destacar que a avaliação é prevista no documento no artigo 53:

O estudante que obtiver nota que represente menos de 60% do valor das atividades avaliativas terá direito à recuperação da aprendizagem correspondente ao(s) componente(s) curricular(es) avaliado(s), durante o processo de aprendizagem. [...]. (IFBA, 2011, p. 97)

Há possibilidade de o estudante não alcançar a média após recuperação, porém, ele poderá matricular-se nas disciplinas nas quais não teve aprovação e solicitar aproveitamento das outras. Em caso de reprovação, o documento prevê:

Caso o estudante seja reprovado em uma ou mais disciplinas, o mesmo terá o direito de matricular-se no mesmo módulo em que fora reprovado, apenas para cursar a (as) disciplina (s) que não obteve aprovação. Para as outras disciplinas já cursadas e aprovadas, o estudante encaminhará obrigatoriamente ao setor de Protocolo o requerimento de aproveitamento das disciplinas em questão, pedido este que será avaliado e julgado pelo Conselho do Curso. Se ocorrer do módulo em que tiver a disciplina (s) reprovada (s) não for ofertada institucionalmente, o aluno aguardará a oferta do mesmo para viabilizar a continuidade dos estudos. (IFBA, 2011, p. 99-100)

Caso haja bi-repetência, o estudante será jubilado da instituição. No primeiro semestre de 2010, de acordo com os dados fornecidos pela CORES, o campus obteve um total de 39 alunos matriculados, apenas 36 cursaram e desses 36 um total de 32 foram aprovados, 4 reprovados e desses 3 evadiram.

Tabela 05: Situação dos alunos no PROEJA – Campus Santo Amaro

| ANO | MATRICULA | REPROVAÇÃO | EVASÃO |
|---------------------|-----------|--------------|--------------|
| 2010.1 | 39 | 4 | 3 |
| 2010.2 | 32 | 9 | 7 |
| 2011.1 | 63 | 10 | 24 |
| 2011.2 | 55 | 23 | 2 |
| 2012.1 | 49 | 15 | 12 |
| 2012.2 | 43 | 1 | 1 |
| 2013.1 | 74 | 14 | 2 |
| 2013.2 | 72 | 17 | 2 |
| 2014.1 | 83 | 8 | 12 |
| 2014.2 | 66 | 11 | 4 |
| 2015.1 | 135 | 20 | 13 |
| 2015.2 | 81 | 13 | 4 |
| 2016.1 ¹ | 79 | EM ANDAMENTO | EM ANDAMENTO |

Fonte: CORES/ IFBA

Os dados apresentados demonstram que os 7 anos de implantação do PROEJA no campus Santo Amaro foram marcados por altos índices de reprovação e evasão. Vale ressaltar que, mesmo que alguns alunos estejam classificados na

tabela 5 como reprovados existe a possibilidade deles terem desistido do curso. Nos casos em que os estudantes são reprovados por duas vezes, eles são jubilados, porém não há nenhuma referência ao jubramento no plano de curso.

Conforme dados apresentados na tabela nº 4, das 79 matrículas ativas em 2016.1 tivemos durante os 6 anos de implantação do PROEJA no campus Santo Amaro somente 20 estudantes que conseguiram concluir o curso e 50 integralizaram². A grande maioria dos alunos, apesar de terem avançado nos semestres, encontram-se com alguma pendência nas disciplinas ou conforme previsto no plano de curso, a conclusão e posterior certificação está atrelada a conclusão do Estágio Curricular Supervisionado de 300 horas e na apresentação da defesa de um TCC- Trabalho de Conclusão de Curso. Alguns dos argumentos apresentados pelos discentes trabalhadores para o abandono e não conclusão do curso se dá pela impossibilidade de conciliar os horários de trabalho com a efetivação do estágio. A evasão decorrente da falta do estágio significa a não conclusão do curso técnico e não comprovação de conclusão do ensino médio.

Desde o início da oferta do curso técnico na modalidade PROEJA no campus, somente durante a jornada pedagógica de 2015, por iniciativa da COTEP – Coordenação Técnica Pedagógica – e da comissão da jornada, discutiu-se a permanência do curso, a partir de um debate decorrente dos dados apresentados de matrículas, evasão e repetência. A Jornada se deu com a formação de uma mesa de discussão que contou com a participação do professor visitante Dante Henrique Moura e da autora desta pesquisa³.

¹ O semestre 2016.1 refere-se ao período de Agosto a Dezembro de 2016, em decorrência da última greve em 2014.2, o campus encontra-se em calendário acadêmico diferente do calendário regular de ensino. ² Alunos que integralizaram são os alunos que já terminaram todos os semestres mas com pendências em algumas matérias e que foram avançando, porém continuam cursando matérias que foram reprovados. ³ Jornada Pedagógica campus Santo Amaro em 26.11.2015, Mesa redonda com

tema : (DES) Caminhos do PROEJA, composta pelos professores Dante Henrique Moura(IFRN) e Suélen Gonçalves (IFBA).

Em Agosto de 2015 foi formada uma comissão para avaliação da modalidade EJA no curso de Segurança do Trabalho. A referida comissão concluiu suas atividades em 01 de dezembro de 2016 e apresentou seu entendimento sobre o curso de segurança do trabalho, afirmando que o curso deve permanecer com esta modalidade para os dois próximos semestres, tempo em que as discussões continuarão e se aprofundarão no campus visando um posicionamento sólido da instituição.

De acordo com o documento a comissão recomenda que o campus aprofunde as discussões que envolvem uma eventual mudança na modalidade do curso de segurança do trabalho da modalidade PROEJA para a modalidade subsequente ou integrada, bem como escute indispensavelmente toda a comunidade acadêmica envolvida.

Diante do acima exposto, cabe refletirmos sobre as propostas pedagógicas e estratégias metodológicas que possibilitem não só o acesso à escolarização desses estudantes, mas também a sua permanência e conclusão, considerando a superação de desafios como a formação continuada de professores e gestores, o uso de concepções e práticas políticas pedagógicas e metodológicas em consonância com a modalidade e avaliações permanentes que possibilitem reais mudanças nas vidas desses estudantes. Não há nenhum relato de servidor ou docente que tenha participado de curso e que pudesse oferecer meios para compreender as especificidades do público-alvo dessa modalidade. As ações e atuações ainda caminham no improviso e na intuição de cada professor, retratando a implantação de um PROEJA no campus Santo Amaro sem planejamento, sem conhecimento e sem estudo visando cobrir salas ociosas e docentes disponíveis.

3. CAPÍTULO III - PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES SOBRE PROEJA NO IFBA CAMPUS SANTO AMARO

Este capítulo pretende analisar a percepção de um grupo de professores do IFBA campus Santo Amaro que atuaram, em 2016, no PROEJA. Através de entrevistas semiestruturadas, a análise buscou investigar as seguintes questões: quais as percepções docentes sobre o curso, sobre sua prática pedagógica, sobre discentes e quais são os avanços e desafios que o IFBA campus Santo Amaro enfrenta para garantir o sucesso do programa.

3.1- O exercício da docência no PROEJA

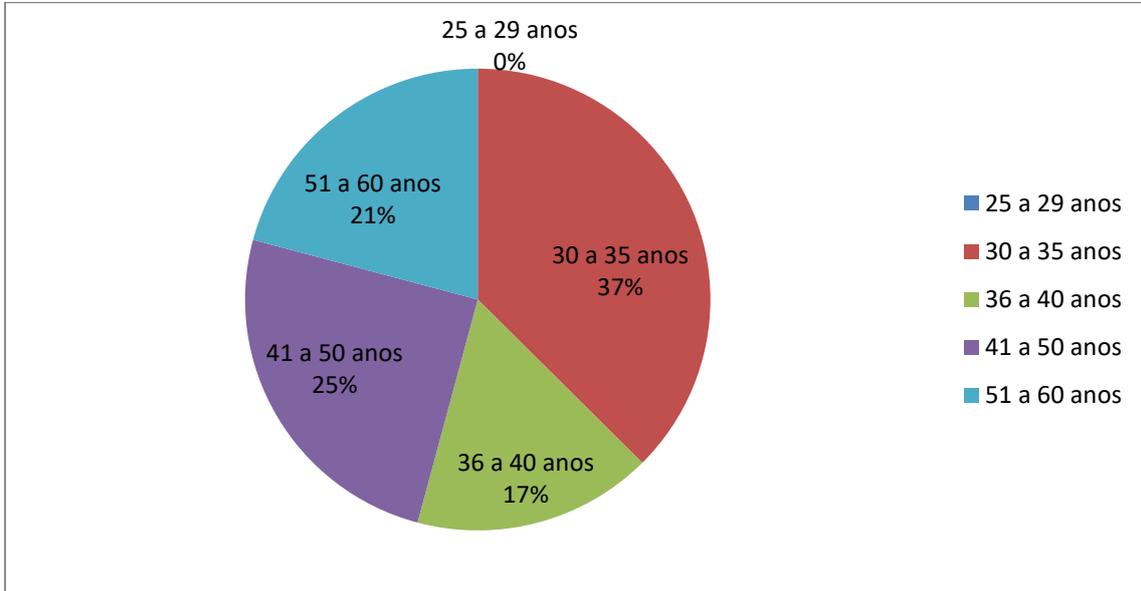
O coordenador do curso forneceu uma lista contendo o nome dos docentes que em 2016.1 atuaram no PROEJA, com o total de 24 professores. Dos 24 professores entrevistados, 21 são professores efetivos e 3 temporários. Dentre eles 17 são homens e 7 são mulheres.

Todos os professores foram solícitos e dispostos a participar das entrevistas para a construção desta pesquisa. Acreditamos que o interesse dos professores se deve, em parte, ao fato de que o campus está passando por uma fase de avaliação da continuação ou alteração da modalidade do curso técnico em segurança do trabalho de PROEJA para subsequente.

Apresentaremos a seguir o perfil docente atuante no curso de Segurança do Trabalho campus Santo Amaro, considerando a faixa etária, a formação acadêmica, o tempo de atuação docente e o tempo de atuação no PROEJA.

Embora se trate de um número pequeno de entrevistas, estas representam a totalidade do universo de professores do PROEJA no IFBA Santo Amaro. Por essa razão, optamos por apresentar os dados através de gráficos que ajudam a sistematizar as respostas dadas pelos professores. Em alguns casos também são apresentados relatos e trechos das entrevistas realizadas.

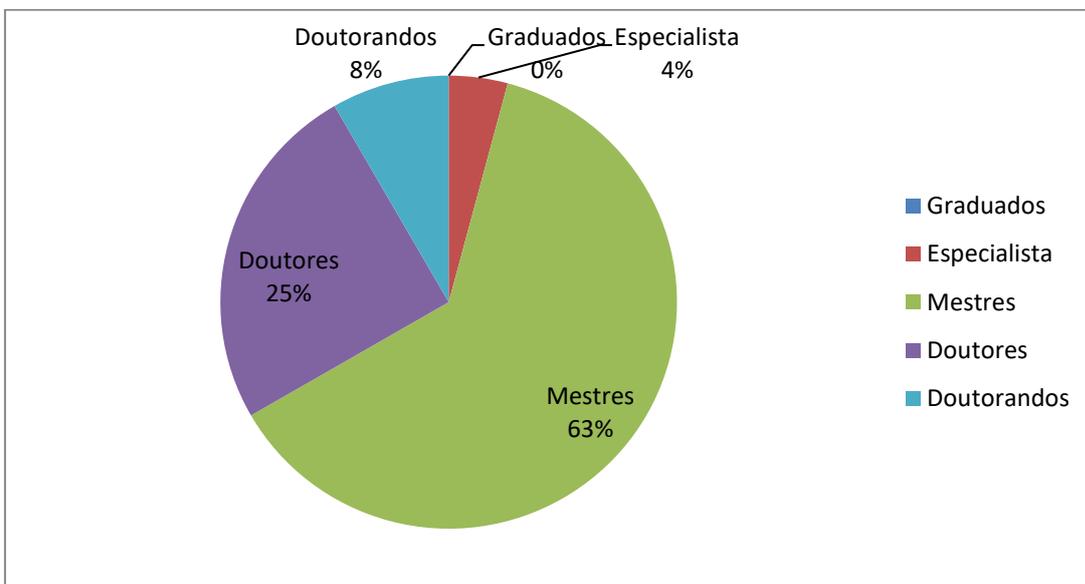
Gráfico 01: Numero de docente por Faixa Etária



Fonte: Elaboração da autora, com base nas respostas dos entrevistados.

Com base no gráfico 01, observamos que a maioria dos professores está dentro da faixa etária de 30 a 35 anos.

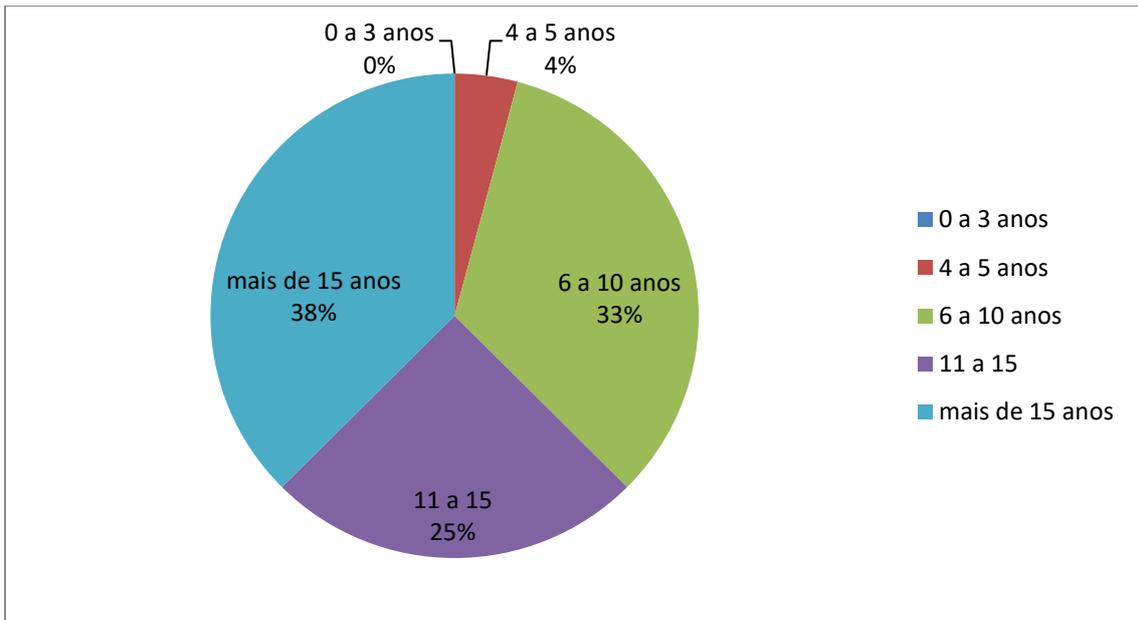
Gráfico 02: Docentes por Titulação



Fonte: Elaboração da autora, com base nas respostas dos entrevistados

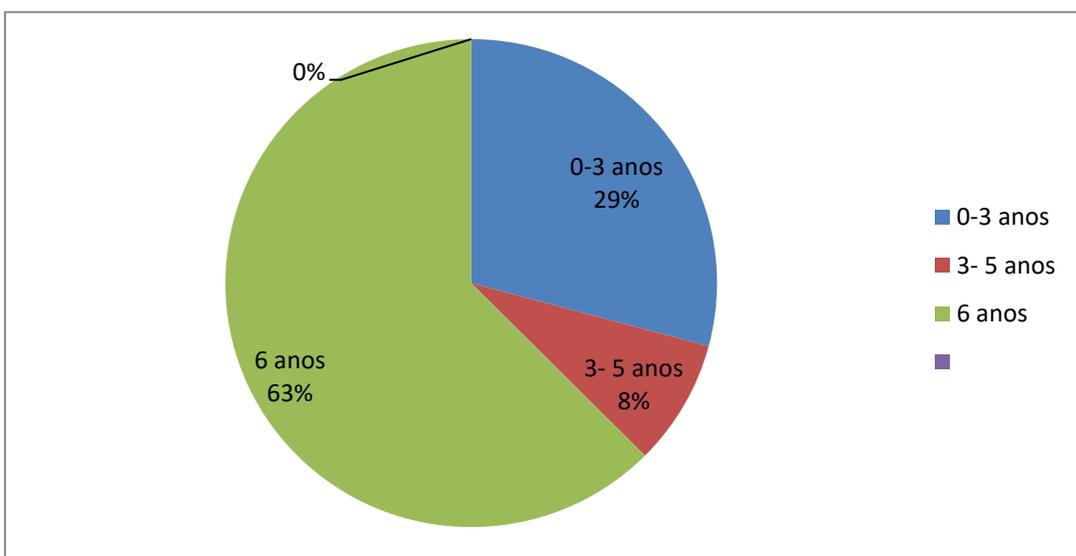
Sobre a titulação dos professores, a maioria é especialista e possui mestrado, enquanto 6 são doutores e 2 estão cursando doutorado. Nota-se, portanto, o alto nível de qualificação dos docentes atuantes no PROEJA campus santo Amaro.

Gráfico 03: Tempo de Experiência Docente



FONTE: Elaboração da autora, com base nas respostas dos entrevistados

Gráfico 04: Tempo de docência no PROEJA



Fonte: Elaboração da autora, com base nas respostas dos entrevistados

Com base nos gráficos 3 e 4 de tempo de atuação docente e de tempo de atuação no PROEJA, percebemos que 38% dos docentes tem mais de 15 anos de experiência como professores. A oferta do PROEJA no campus Santo Amaro se dá há 6 anos e 63% dos docentes atuam no curso desde sua implantação e concomitantes com os demais cursos e modalidades oferecidas no campus, portanto, acompanharam todo o processo de implantação do curso e já conhecem a realidade discente. O intervalo de tempo de 0 a 3 anos de serviço no corresponde a 29% e refere-se aos docentes recém-concursados.

No que se refere a formação, 100% dos docentes não possuem formação específica em EJA. Somente 5 professores declararam terem participado de cursos de curta duração, encontros e palestras que abordaram o tema direcionado a modalidade EJA. Este dado é muito importante, porém, preocupante, visto que indica que os professores foram atuar no PROEJA sem nenhum preparo prévio específico para atuar junto ao público de jovens e adultos, e apenas vivenciaram, experimentaram e improvisaram metodologias e práticas pedagógicas adequadas a modalidade. Contudo, embora em sua totalidade os docentes não tenham formação em educação de jovens e adultos, 8 declararam ter experiência anteriores na EJA no ensino fundamental em escolas do Estado da Bahia.

Nas entrevistas, os docentes declararam que começaram a dar aulas aos alunos do PROEJA tendo como referência o perfil dos estudantes que concluíram o ensino médio e estudavam em um curso técnico. Trouxeram como ponto principal para análise a não formação docente específica para a EJA como causadores de boa parte da evasão e reprovação discente.

A inserção dos professores nas turmas de PROEJA se dá, na maioria das vezes, por necessidade de complementar carga horária.

Trazendo à tona esse perfil docente que atua no PROEJA, Shiroma e Lima Filho (2011) afirmam:

Professores efetivos atuam no proeja e também em outras frentes de um amplo leque de níveis e modalidades ofertados por essas autarquias, não sendo docentes exclusivos de um curso. Embora realizem reuniões periódicas, ressentem-se da falta de espaços para discussão coletiva sobre o proeja na instituição. É preciso considerar, também, as relações que se

estabelecem entre departamentos e cursos. Com longa tradição de oferta de ensino técnico, as antigas escolas técnicas ampliaram sua atuação, incorporando os cursos superiores de tecnologia, as licenciaturas e a pós-graduação *lato* e *stricto sensu*. A hierarquia existente entre áreas e cursos, que decorre da divisão do trabalho na sociedade, orienta as escolhas docentes no interior da escola. Qual o reconhecimento atribuído ao professor que trabalha com jovens e adultos nas instituições que se abrem para a pesquisa e a pós-graduação? Para compreender as resistências à implementação dos cursos do proeja, há que se considerar a escassa experiência com a eja e um estigma em relação à formação de trabalhadores, contrapostos à elitização estabelecida nestas instituições, em razão da concorrência nos exames de ingresso por uma demanda elevada em função da precarização da escola pública estadual. (SHIROMA;LIMA FILHO,2001,p.45)

Os autores destacam que os docentes que dão aula no PROEJA não possuem necessariamente uma formação específica, pois raras licenciaturas contemplam discussões sobre o ensino e a aprendizagem de jovens e adultos. Como vimos anteriormente (gráfico 03 e gráfico 04), no IFBA campus Santo Amaro, a maioria dos docentes tem grande experiência docente e atuam desde a criação do PROEJA no campus, porém ainda encontram bastantes dificuldades para lecionar nestes cursos. Quando perguntados por que resolveram atuar como professor do PROEJA, 15 responderam não ter tido opção, mas que usaram o PROEJA para completar carga horaria e 9 afirmaram ser opção de atuação.

Em relação à opção de trabalho com o PROEJA foram dadas as justificativas:

[...]Porque acredito que devemos encarar o desafio de fazer com que a escola cumpra seu papel social de incluir todos que buscam conhecimento, além de gostar de trabalhar com adultos e achar que, apesar de não ter uma formação específica, tenho certa facilidade em orientar esse público.

[...] Acho esse público muito motivado.

[...] Uma opção de potencializar minha docência. É um desafio atrás do outro[...]

[...] Acredito que posso fazer diferente e atender a necessidade desses alunos[...]

[...] Tenho boa relação com esse público.[...]

[...] apesar das dificuldades, gosto do perfil discente do PROEJA.[...]

[...] Gosto da experiência e do desafio.[...]

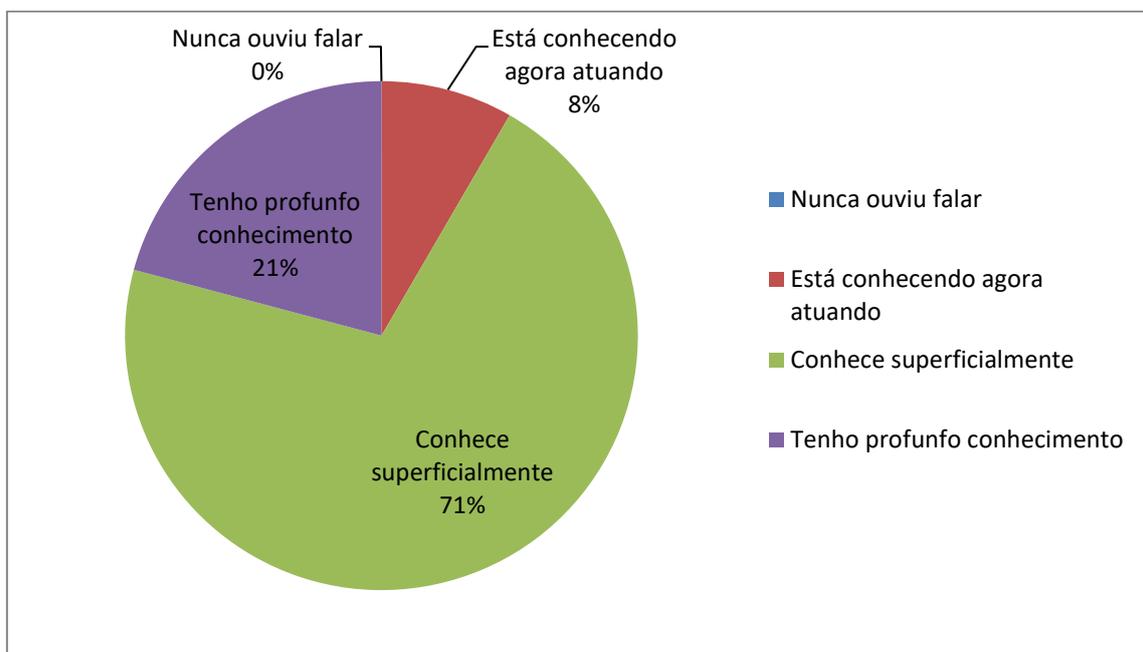
[...] tenho que inovar a cada aula e me estimula enquanto docente.[...]

[...] O retorno dos alunos é melhor. [...]

A partir destes relatos podemos perceber os motivos que contribuem para que os docentes optem em atuar nesta modalidade. O desafio, a experiência e a interação com o público de jovens e adultos. Porém, os relatos indicam algumas dificuldades.

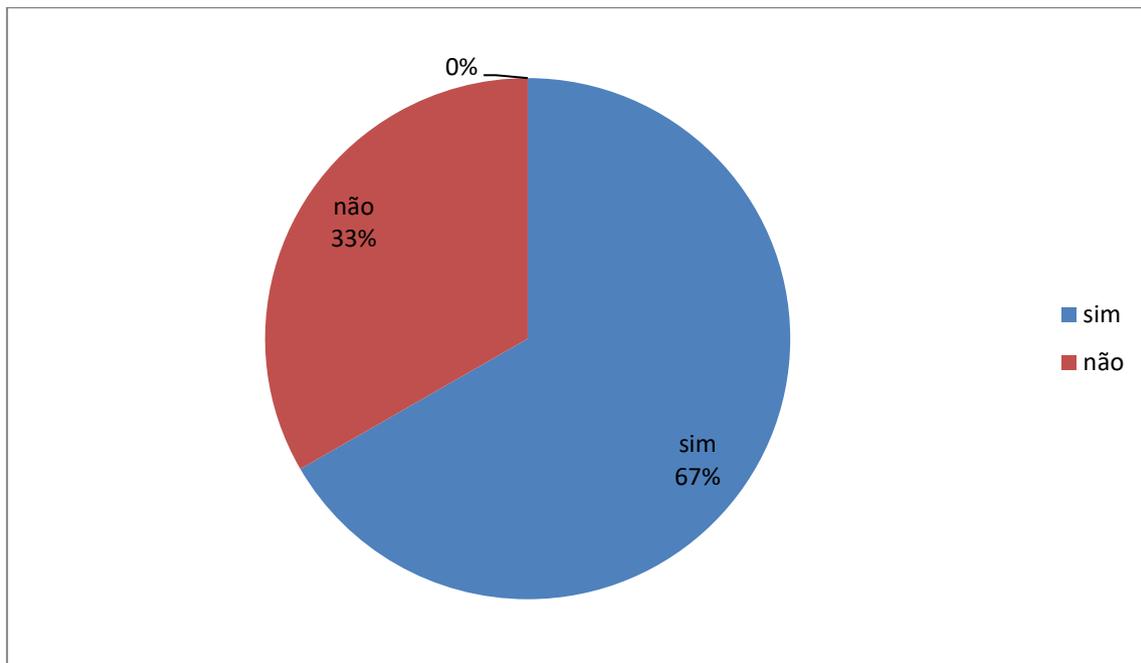
3.2- Percepção Docente sobre o PROEJA

Gráfico 05: Conhecimento sobre o PROEJA



Fonte: Elaboração da autora, com base nas respostas dos entrevistados.

Gráfico 06: Conhece a Base Legal do programa?



Fonte: Elaboração da autora, com base em dados fornecidos pela CORES

Os dados coletados indicam que a maioria dos docentes conhece o Programa bem como suas bases legais. Este conhecimento tanto do PROEJA, quanto dos documentos oficiais pode ser explicada pelo momento que o campus viveu em 2015 e 2016. Por tratar-se do único campus do IFBA que ainda oferece o PROEJA, a modalidade está em fase de análise. Os professores foram convidados a estudar nas suas respectivas áreas os documentos oficiais do programa e discutir coletivamente em duas jornadas pedagógicas. Na abertura da 2ª Jornada Pedagógica, evento que ocorreu no campus de Santo Amaro dando continuidade a 1ª Jornada com o mesmo tema: (DES) Caminhos do PROEJA, a coordenadora do DEPEN (Departamento de Ensino) afirma:

Gostaria de acrescentar o papel desempenhado pela comissão do PROEJA. Formada por docentes do campus e técnicos administrativos, o grupo tem pensado o PROEJA como é, como tem sido executado e como poderia ser para melhorar. A angústia que o corpo docente enfrenta e a necessidade de refletir em grupo. Os estudantes fazem pressão do que é e como vai ser. O momento é de fervilhão e temos que parar para refletir. Hoje, o campus tem uma comissão que surgiu em um momento de tensão do PROEJA. A comissão visa estudar se haverá mudança ou não de modalidade, se haverá reestruturação curricular e discutir os rumos do

PROEJA campus Santo Amaro para uma formação mais justa e mais integral. (COORDENADORA DO DEPEN DO IFBA,2015)

Entretanto, quando pedido para, resumidamente, explicar a proposta curricular do PROEJA 8 professores responderam que não conheciam e 16 apresentaram as seguintes definições:

[...] É uma proposta que se pretende parte de uma política de inclusão social e, por isso, deve reconhecer e dialogar com o saber do aluno trabalhador para propiciar a estes serviços e produtos culturais aos quais não tiveram acesso, precisando, para tanto, levar em conta tempo e espaço diferenciado de aprendizagem, aliando formação profissional e escolarização básica, buscando a formação integral.[...]

[...] O PROEJA foi criado para dar oportunidade àqueles que não tiveram a chance de concluir o segundo grau, àqueles que só fizeram o primeiro grau e querem obter o segundo grau e que querem ao mesmo tempo obter a certificação numa profissão, no nosso caso como Técnico em Segurança do Trabalho. O estudante vai estudar as disciplinas do segundo grau e também as disciplinas técnicas relativas a segurança do trabalho.

[...] Uma proposta curricular que tem por objetivo de inclusão social por meio da oferta de um ensino médio integrado na modalidade EJA.

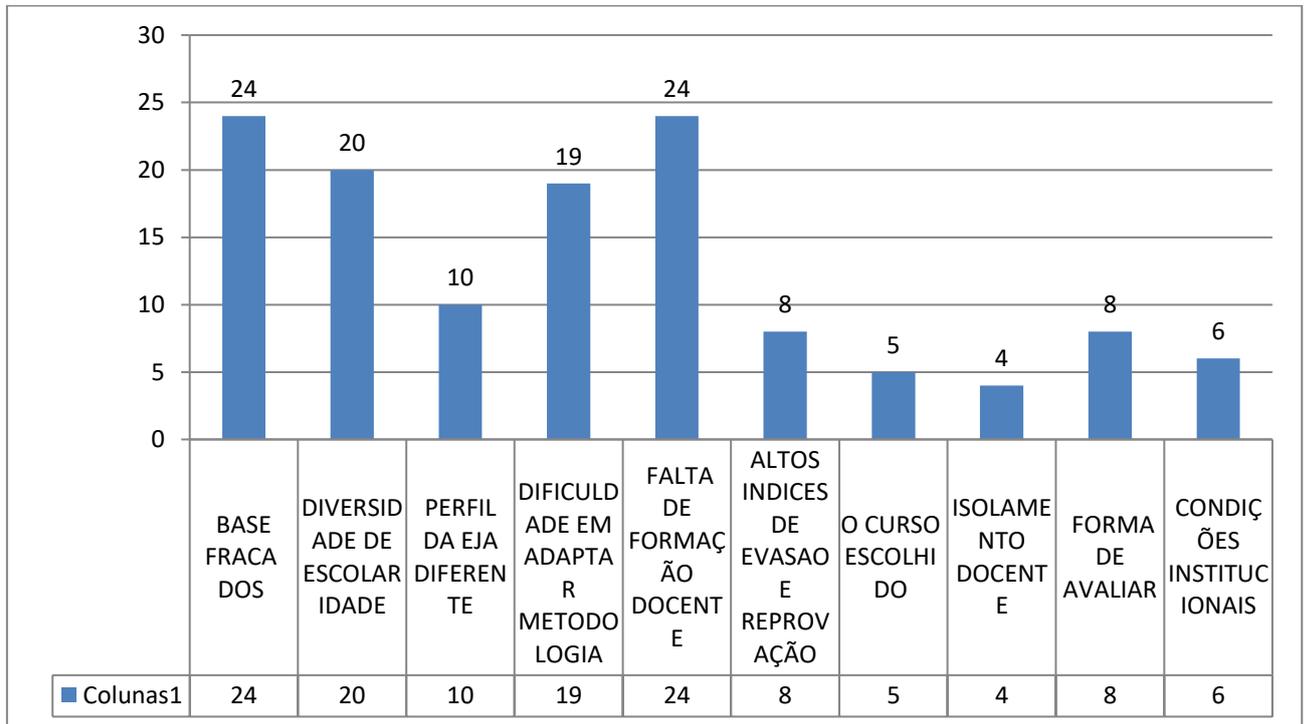
As respostas nos revelam que grande parte dos docentes, ainda que atuando na modalidade PROEJA, desconhece suas bases legais e sua proposta curricular. Um dos docentes entrevistado acrescenta que:

Precisamos conhecer bem as bases legais do programa e sua proposta curricular, porém isso ainda não acontece aqui no campus. As práticas docentes sem o conhecimento efetivo da política se revela na experimentação e no improviso. (AB. 4.04.16)

Nesse sentido, os processos pedagógicos acabam por reforçar uma lacuna de conhecimento pré - existente entre os discentes e acabam reforçando o não lugar dos alunos do PROEJA, acentuando a ideia de que não são capazes de aprender. Sobre esse aspecto FLORES (2015), em sua dissertação, destaca que, ao conhecermos a realidade do campus de Santo Amaro percebemos que as maiorias dos ingressantes já possuem a certificação do Ensino Médio completo, esperava-se que a maior dificuldade dos discentes se desse nas disciplinas técnicas. Entretanto, segundo sua pesquisa, 86,1% dos discentes declararam que sentem mais dificuldades nas disciplinas propedêuticas, e 13,9% nas técnicas. Fato intrigante, mas talvez explicado pelo dado apresentado pela pesquisadora de que muitos

discentes afirmam nunca terem visto anteriormente a grande maioria dos conteúdos estudados no IFBA, apresentando como justificativa o término do ensino médio em escolas públicas com defasagem de professores.

Depois de questionados sobre o PROEJA em relação à propedêutica e se há alguma articulação curricular entre os conhecimentos propedêuticos e os conhecimentos técnicos, alguns entrevistados demonstram descrédito nessa articulação. Reconhecem a importância das disciplinas propedêuticas e alegam que os discentes chegam ao Instituto sem base ou com uma base muito fraca para acompanhar os conteúdos. Declaram, entretanto, que os professores das disciplinas propedêuticas precisam ser preparados para atuar nesta modalidade, pois os alunos têm dificuldades em acompanhar o andamento da disciplina decorrente de terem ficado muito tempo sem estudar e acrescentam a necessidade da revisão curricular. Ainda assim, indagados sobre a avaliação que fazem da existência de um curso profissionalizante no IFBA destinado ao público de Jovens e Adultos, algumas falas demonstram que acreditam na importância de uma política de inclusão, como o PROEJA, por resgatar uma clientela que tinha pouca ou nenhuma alternativa de inserção no mercado de trabalho, porém destacam as maiores dificuldades em lecionar no PROEJA:

Tabela 06: Dificuldades em lecionar no PROEJA

Fonte: Elaboração da autora, com base nas respostas dos entrevistados

Dentre as dificuldades apresentadas pelos docentes, podemos perceber que a maior parte delas está relacionada à falta de formação docente específica para atendimento da modalidade, bem como à heterogeneidade dos discentes que chegam ao IFBA na modalidade PROEJA. Sobre a necessidade de especificidade de formação da prática docente na modalidade de jovens e adultos destacamos o depoimento de alguns docentes:

[...] Não tive nenhuma formação direcionada a EJA, mas acredito que seja fundamental.

[...] Talvez o grande número de evasão dos alunos se dê em função das metodologias que não são adequadas ao público do PROEJA.

Base fraca refere-se a uma expressão comum usada pelos professores, que indica despreparo dos alunos para acompanhar as aulas e atividades propostas. Decidimos manter a mesma ao longo do texto como uma categoria utilizada com frequência pelos entrevistados

[...] Não estamos preparados para este grupo. E muitos professores improvisam suas práticas ou usam a mesma metodologia em todas as modalidades.

[...] Já que não temos preparo para trabalhar com o PROEJA, cada professor faz o seu trabalho da maneira que acredita ser a melhor.

Entretanto, conforme tabela 7, entre os anos de 2006 a 2010, a PRPGI- Pró Reitoria de Graduação e Inovação do IFBA ofertou cursos de qualificação em EJA em nível de especialização.

Tabela 07: Nº de docentes que participaram da especialização em EJA

| ANO | MATRICULAS | DOCENTES |
|--------|------------|----------|
| 2006 | 100 | 21 |
| 2007 | 108 | 0 |
| 2008/9 | 139 | 3 |
| 2010 | 66 | 0 |
| Total | 413 | 24 |

Fonte: Elaboração da autora, com base nas respostas dos entrevistados.

Como podemos perceber entre os 413 estudantes matriculados na especialização somente 24 eram docentes do instituto. Nenhum dos docentes entrevistados citou ou soube dizer por que nenhum docente do campus participou dessa formação. Alguns indicaram que talvez a maioria dos professores já tivesse titulação maior em nível de mestrado e doutorado e não quiseram submeter-se a uma especialização.

Dos 24 professores entrevistados, 23 ressaltaram a base fraca dos discentes. Porém, no que tange a forma de acesso, todos os professores destacaram que os discentes que compõem o curso de técnico em segurança do trabalho diferem do público alvo para o qual a política foi pensada, já que grande parte dos discentes possui certificação de ensino médio completo, ou ainda, ensino superior incompleto ou já concluído. Porém nas definições de forma de acesso obtivemos respostas contraditórias de alguns docentes como:

[...] O acesso deveria ser para todos que quisessem, em caso de não existência de vagas suficientes o critério deveria ser socioeconômico e por perfil.

[...] Fraca. Deveria haver provas de avaliação de matemática e de conhecimentos gerais, além de português.

Um aspecto que merece destaque é que fica explícito nos discursos dos docentes uma contradição. De um lado temos professores que percebem a necessidade do curso atender aqueles jovens e adultos que efetivamente não concluíram o ensino médio dando-lhe possibilidade de uma formação técnica. De outro lado, temos professores que salientam a necessidade do processo de seleção mais rígido. De acordo com o Plano de curso de Segurança do Trabalho na modalidade PROEJA no IFBA Campus Santo Amaro, quando abordado condições de acesso, temos:

O processo de seleção proposto está pautado de acordo com a atual Resolução do CONSUP de nº 13 de Maio de 2011, que trata do processo seletivo para os Cursos do PROEJA, em seu artigo 1º, que rege a aprovação do processo seletivo, para o ingresso dos estudantes nos cursos técnicos do Programa de Integração da Educação Profissional do Ensino Médio na Modalidade de Jovens e Adultos – PROEJA, deste instituto, o qual será coordenado pela Reitoria de Ensino e realizadas (sic) em datas distintas das demais modalidades do curso do IFBA, da seguinte forma: 1º) Preenchimento do questionário Sócio Educativo; 2º) Participação da palestra informativa sobre o curso pretendido; 3º) Prova de redação; 4º) Entrevista.(IFBA, 2011, p. 19-20)

Entre os anos de 2010 e 2011 a forma de ingresso no PROEJA se dava por meio de provas, o que significa afirmar que os estudantes eram selecionados levando apenas em consideração o mérito alcançado na execução da avaliação. Vale ressaltar que o exame era o mesmo realizado nas demais modalidades.

A partir da aprovação do plano do curso, no ano de 2012, a seleção se dá por meio de entrevista com assistente social e pedagoga para avaliação de vulnerabilidade socioeconômica e escolaridade acrescido de uma redação.

Algumas falas dos docentes demonstram o desconforto com o público da EJA que na grande maioria é de camadas populares mais desfavorecidas e que, de acordo com os professores, apresenta grandes dificuldades de acompanhamento pedagógico. Declaram que recebem turmas 'fracas' e com um déficit enorme de conteúdo.

O coordenador do curso entre o período de 2012 a 2014 e declarou que:

O estudante que entra é um público diferente daquele que deveria entrar. O Plano de curso regulamenta que o aluno ingressante deveria ter o EF completo ou o EM incompleto. Com certeza mais de 90% de todo público que entra já tem EM completo. Essa questão, inclusive, foi apresentada para a PROEN, para que o processo seletivo criasse algum elemento, algum artifício para poder cercear a entrada de pessoas que não deveriam estar por conta do que regulamenta o plano, né? Mas nunca foi efetivado. (A.S. entrevista realizada em 08.05.2016)

O atual coordenador do curso acrescenta:

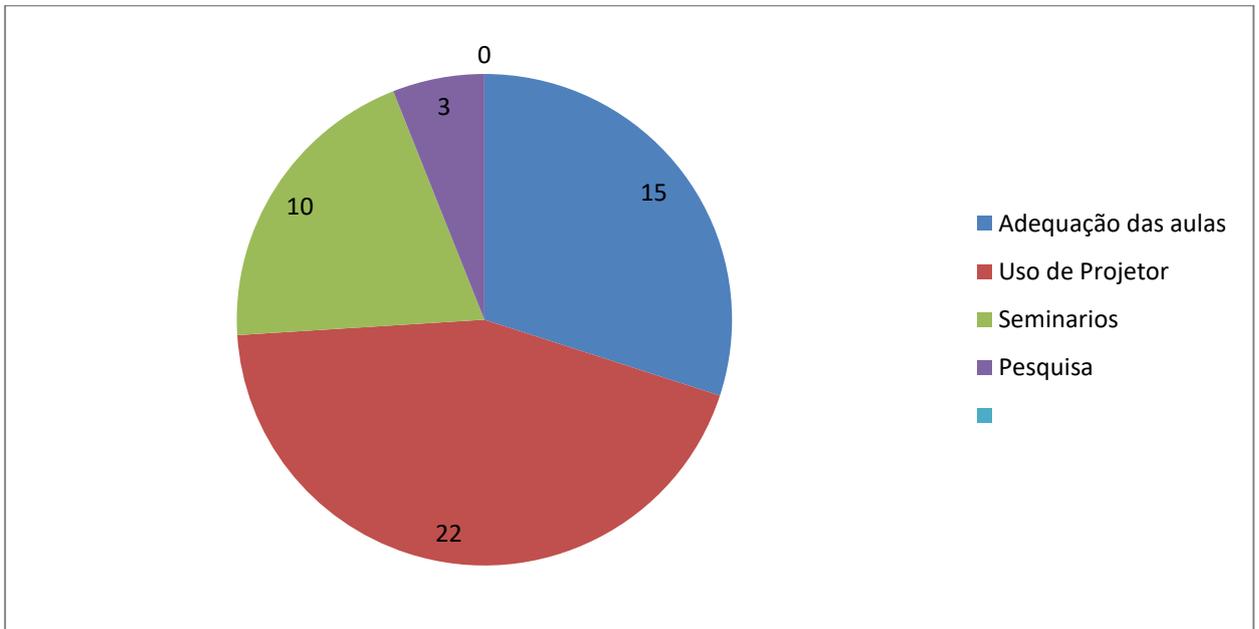
No início, tínhamos um maior número de estudantes dentro do perfil do PROEJA, mas a tendência foi de diminuir. Não sei por qual motivo, mas houve uma diminuição daqueles que têm o perfil para o EJA e aumento daqueles que já têm o segundo grau completo. (M.H. Entrevista concedida em 05.05.2016)

O grupo de Pedagogas e assistentes sociais do campus relatou que a partir da criação da comissão de implantação do PROEJA, a diretora do campus em exercício já tinha definido que seria um curso de técnico em segurança do trabalho na modalidade PROEJA. Informaram que o grupo desconhecia a modalidade de ensino, porém, após algumas leituras e pesquisa propuseram um processo seletivo que atendesse e alcançasse o perfil do programa e que fosse o mais democrática possível. A sugestão foi uma análise documental para saber se o candidato atende ao perfil, se era maior de 18 anos e que não tivessem concluído o ensino médio, para só depois estarem aptos a participar do sorteio. Porém, houve resistência dentro da comissão de elaboração do Plano de curso e hoje é feita uma seleção por meio de uma redação em todos os campus do IFBA, coordenado pela Pró-Reitoria de Ensino e pelo Departamento de Seleção de Estudantes, sem, entretanto, considerar os pressupostos da política.

3.3 -Percepção docente sobre a Prática

Apresentaremos a seguir o gráfico nº 7 com as respostas dos professores quando perguntados se adequam suas aulas e disciplinas ao PROEJA e se fazem uso de algum recurso pedagógico ou metodologia específica para os jovens e adultos.

Gráfico 07: Recurso pedagógico docente usado no PROEJA



Fonte: Elaboração da autora, com base nas respostas dos entrevistados

A maioria dos docentes, conforme tratado anteriormente, depara-se com a EJA a partir de demandas administrativas ou complementação de carga horária e de forma menos frequente por escolha dos professores. Percebemos através das falas dos docentes que, quando refletirmos sobre sua prática, muitos destacam o uso apenas de projetor e a tentativa de adequar suas aulas fazendo uso de seminários. Dos 24 professores entrevistados somente 3 destacaram o uso da pesquisa como metodologia direcionada ao PROEJA.

A maioria dos docentes declarou sentir muita dificuldade em atuar na modalidade, atribuindo entre outros motivos a falta de experiência, pouca formação e heterogeneidade do público da EJA. Indicam que desconhecem estratégias para articular a parte propedêutica à formação profissional na modalidade EJA e somente uma pequena parte afirma fazer essa articulação, apenas por meio do uso de textos técnicos em suas disciplinas propedêuticas. Este foi um fato que merece destaque, os professores da área propedêutica em sua totalidade destacam a tentativa de articulação com as disciplinas técnicas.

Todos os professores acreditam que, por meio de sua prática, podem interferir em algumas das dificuldades apresentadas. Refletindo sobre sua atuação, os professores destacam o cansaço dos estudantes trabalhadores, o uso excessivo do celular e a falta de concentração dos alunos como elementos dificultadores de um ensino emancipatório e significativo.

Dentre as falas dos docentes entrevistados destacamos:

[...] uso textos, técnicos ou não, que se articulem com a área profissionalizante, mas isto faço também com as turmas regulares de integrado. A escolha do material didático é sempre cuidadosa e de acordo com o público que trabalho, além de tentar reformular a abordagens a determinados Sobre a formação, eu tento por conta própria pesquisar e estudar sobre métodos que facilitem o aprendizado no PROEJA.

[...] Uma das dificuldades, ao menos no meu campus, é o fato de que temos um público bem itinerante, os alunos faltam ou desistem do curso com muita frequência, este semestre tive uma turma de 15 alunos que nunca havia os quinze na sala, e acabamos o semestre com 8.

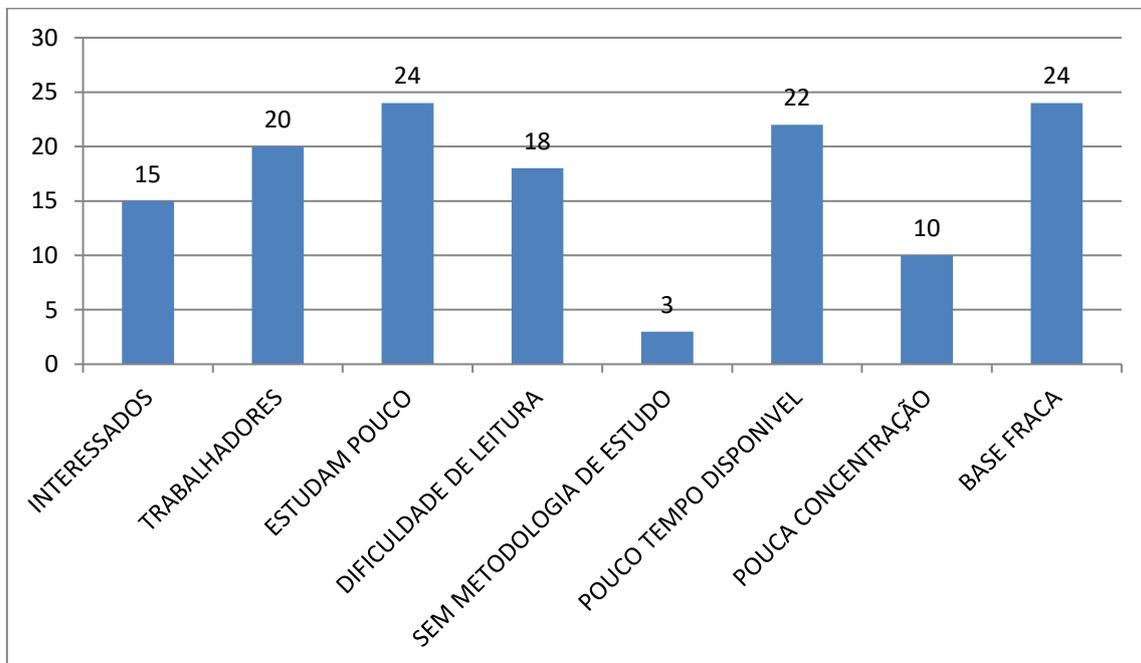
[...] Outra é a falta de união dos colegas em torno de um projeto comum, E ainda os problemas enfrentados por falta de uma formação continuada que nos ajude a entender e fazer acontecer à modalidade.

Podemos perceber nas falas e nos dados apresentados que a percepção docente de sua prática apresenta-se atrelada diretamente as dificuldades que estes enfrentam cotidianamente no ensino do PROEJA. Ainda que os professores não sejam os únicos atores deste cenário de ensino eles levam consigo grande parte das atribuições que compõem o processo de ensino e aprendizagem.

Bloco 3.4 - Percepção sobre os discentes

Inicialmente entrevistamos os docentes buscando identificar a partir da percepção deles o perfil discente do curso de Segurança do Trabalho na modalidade PROEJA. As respostas, muitas vezes, trouxeram uma visão negativa da modalidade, tendo em vista o público formado por jovens de origem popular com baixos níveis de escolaridade e poucas perspectivas de vida, conforme discutido no capítulo 1 dessa dissertação.

Gráfico 08: Perfil discente a partir da descrição docente



Fonte: Elaboração da autora, com base nas respostas dos entrevistados

As falas dos docentes entrevistados demonstram a desmotivação frente as dificuldades encontradas no processo de ensino e aprendizagem desse grupo. Muitos relatam que a falta de formação docente impossibilita um atendimento de excelência com metodologias adequadas. Em muitos relatos percebemos uma mistura de frustração com responsabilização discente.

Os dados apresentados constataam a descrição das falas de que os estudantes são trabalhadores, com pouco tempo para dedicar-se ao estudo e com base fraca. Tal constatação nos leva a questionar: Se a maioria dos alunos já

concluiu o ensino médio por que os docentes destacam que se depara com uma base fraca? Seria uma forma de não se responsabilizar? Ou será que estes estudantes, ainda que possuam a certificação de conclusão do ensino médio, não é efetivamente público alvo da política?

Em muitos relatos também fica evidente o preconceito de alguns professores e uma não satisfação de atuar no Programa. Percebe-se por meio das falas que o desânimo se dá em grande parte pelo público discente. Alguns professores comparam o desempenho do integrado na modalidade PROEJA, de forma inferior ao integrado na modalidade “regular” dando as seguintes declarações:

[...]São estudantes diferentes do integrado regular , com mais dificuldades em conteúdos e que exigem uma dedicação maior.

[...]Os alunos do PROEJA demonstram dificuldades de aprendizagem.

[...]Me sinto desmotivada em atuar no PROEJA em comparação com os alunos do regular, talvez pelo perfil de estudantes com mais dificuldades e menos favorecidos.

Quando questionados sobre quais são as principais perspectivas dos egressos do PROEJA no futuro, muitos docentes afirmam que, em função da carência, da má formação e das constantes ausências, os estudantes tem pouca possibilidade de inserção no mercado de trabalho. Acreditam que os discentes terão uma formação técnica, mas não conseguirão colocação no mercado de trabalho. Alguns inclusive relatam: “A região é muito pobre em termos de oportunidades de trabalho como Técnico de Segurança do Trabalho.” (M.H Entrevista realizada 05.05.16).

Por outro lado, muitos docentes ressaltam o interesse desses estudantes que busca uma melhor colocação profissional por meio dos estudos e acrescentam que, apesar de não terem certeza se todos estarão inseridos no mercado de trabalho, ao menos na área que estudaram, acreditam que estarão melhores do que estariam sem o curso.

Perguntados sobre a evasão no curso, todos os professores entrevistados afirmaram conhecer as altas taxas de evasão no campus e justificaram:

Na maioria dos casos pelo desestímulo devido às dificuldades nas disciplinas propedêutica dos dois primeiros semestres do curso; dificuldade de transporte; dificuldade de conciliar estudo com afazeres do lar e também do trabalho; longo período que passaram sem estudar. (J.S entrevista realizada 20.05.16)

Imagino que é comum evasão maior entre alunos que trabalham, devido à dificuldade de conciliar, mas também vejo alguns desistindo porque não se sentem capazes de acompanhar as exigências de um curso que não leva em consideração as suas dificuldades básicas. (A. S entrevista realizada 05.05.16)

De acordo com os professores, os estudantes acham o IFBA uma instituição muito exigente. Afirmam que os discentes estavam acostumados com um ensino inferior e não se adaptaram ao Instituto. Entretanto, avaliam positivamente a existência do curso no IFBA, apesar de perceberem um tratamento desigual aos alunos da EJA.

O diretor do campus relata:

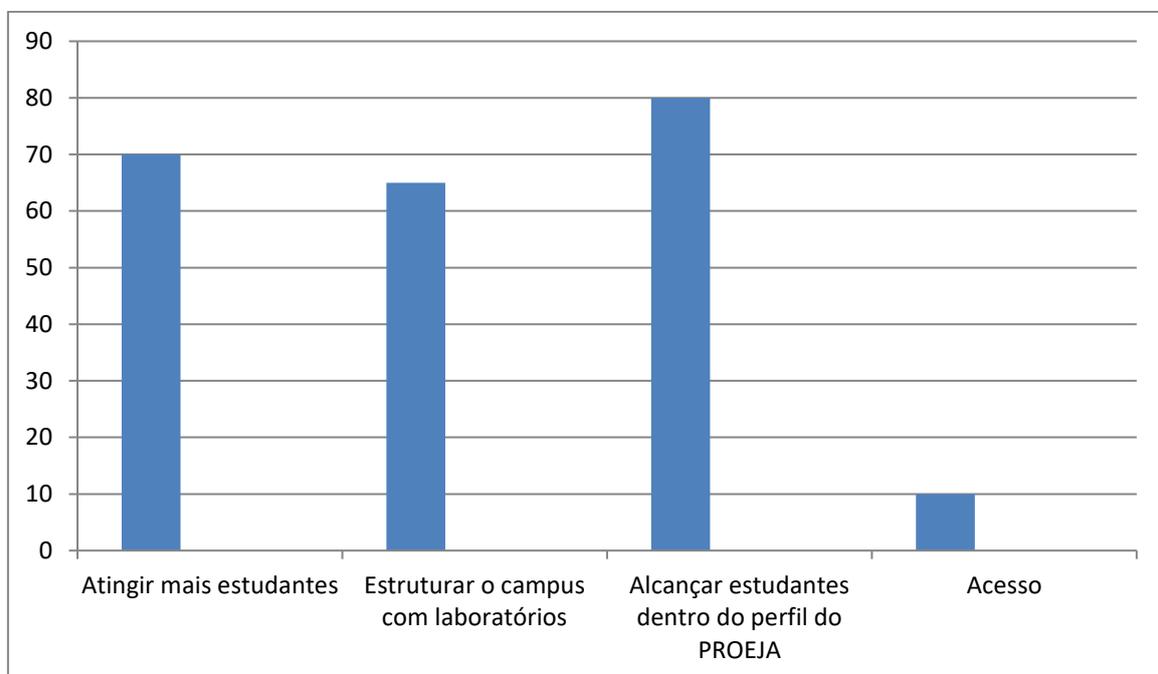
O perfil de um Proeja é diferente, é mais baixo. Mas, claro, você não pode baixar tanto o nível porque tem que sair alunos de qualidade, né? [...], o nível também não pode ser muito alto, porque do jeito que está hoje, existe uma evasão grande. (M.A. entrevista concedida em 20.05.16)

Perguntados sobre qual o olhar docente sobre os discentes do PROEJA no campus Santo Amaro, além das questões acima mencionadas, os docentes chamaram a atenção sobre a diferenciação de espaço físico que os estudantes sofrem. As salas de aula das turmas de licenciatura e o subsequente de eletromecânica encontram-se distribuídas pavilhão principal. São dois andares de salas climatizadas e equipadas com computadores e data show. O campus possui desnível de modo que temos a parte de cima onde fica o pavilhão principal e a mais baixa encontram-se salas de aula mal iluminadas e sem climatização. Coincidentemente, relatam os docentes, é nesse espaço que funciona o PROEJA desde sua implantação e não podemos desconsiderar que o espaço e o tempo escolar também educam e são pedagógicos.

3.5 - Da tomada de consciência à busca de soluções

Desde a implantação impositiva do PROEJA no IFBA não podemos ignorar os entraves e os desafios presentes na execução da política. Aspectos como a escolha do curso em segurança do trabalho e a atuação docente sem formação adequada apresentam-se como dificultadores do bom funcionamento. Quando perguntados sobre os desafios enfrentados hoje pelo PROEJA no IFBA os docentes declararam:

Gráfico 09: Opinião docente sobre desafios do PROEJA



Fonte: Elaboração da autora, com base nas respostas dos entrevistados.

Além dos desafios citados, 100% dos docentes ressaltam a necessidade de formação dos professores visando atendimento específico ao público do PROEJA e considerando suas especificidades. Acrescentam que um dos maiores desafios à continuidade do curso é conseguir atingir estudantes que efetivamente estejam dentro do perfil para o qual a política foi pensada. Conforme descrito anteriormente a grande maioria dos estudantes da modalidade no Campus Santo Amaro é formada por jovens e adultos que já concluíram o ensino médio, ainda que com muitas dificuldades e carência de conteúdo. Ressaltam o alto número da evasão e a possibilidade de superá-la por meio de práticas mais significativas. Em terceiro lugar,

mas, não menos importante encontramos o desafio de melhorar a estrutura física do campus por meio de laboratórios de segurança e centro de treinamento de combate a incêndio.

Dentre os desafios citados pelos docentes consideramos que os meios de acesso e permanência, ainda que seja um fator destacado por uma menor parte dos professores, aparece de forma latente em todos os discursos, mesmo que de forma indireta. Trata-se de possibilitar o recebimento de auxílios (alimentação, transporte), horários diferenciados de aula e de estágio, avaliações processuais, bem como uma organização curricular que promova o diálogo das áreas propedêuticas com as disciplinas técnicas, levando em conta os diferentes saberes e as histórias de vida dos discentes como parte formativa do processo de ensino e aprendizagem.

Outro desafio posto é considerar as trajetórias de vida acumulada pelos estudantes do PROEJA como parte integrante e facilitador das práticas de ensino. Contrariando o argumento apresentado pelos professores de que o perfil dos estudantes dificulta a prática, a possibilidade de escuta ativa e a chance de dar voz e vez a estes jovens representa um avanço no enfrentamento das dificuldades apresentadas pelos docentes do Campus Santo Amaro. De acordo com BOURDIEU (2010), a percepção dos jovens é na maioria das vezes distinta do capital cultural exigido pela instituição. O acervo cultural trazido pelos jovens, principalmente pelos jovens de origem popular, a forma de falar, as crenças, os valores estão muito longes da cultura disseminada e imposta pela escola.

Um dos desafios do PROEJA se dá na medida em que, após 10 anos da política, o único campus do IFBA que continua ofertando o curso profissionalizante integrado na modalidade EJA é o campus Santo Amaro. Ainda assim, o referido campus passa por uma fase de estudo, pesquisa e avaliação para verificar a possibilidade de mudança de modalidade. O diretor geral do campus afirma que os professores da área técnica do curso Técnico em Segurança do Trabalho - PROEJA levantaram a hipótese de reavaliar o curso e apresentar uma proposta para transformar o Proeja, em subsequente. (M.A. entrevista realizada em 20.5.16).

Para alguns docentes entrevistados, inclusive para o ex-coordenador do curso, a discussão da mudança da modalidade deve envolver todos os setores da

instituição. Em decorrência dessa exigência docente foi criada uma comissão para repensar o curso Segurança do trabalho. Integrada por professores da área técnica, professores das propedêuticas, o DEPEN e a COTEP a comissão iniciou seus trabalhos em março de 2015.

De acordo com os docentes envolvidos existem duas linhas de trabalho: ou a mudança da modalidade de EJA para subsequente ou a revisão da grade curricular, do tempo, da duração das disciplinas para poder mudar a forma de apresentação do curso.

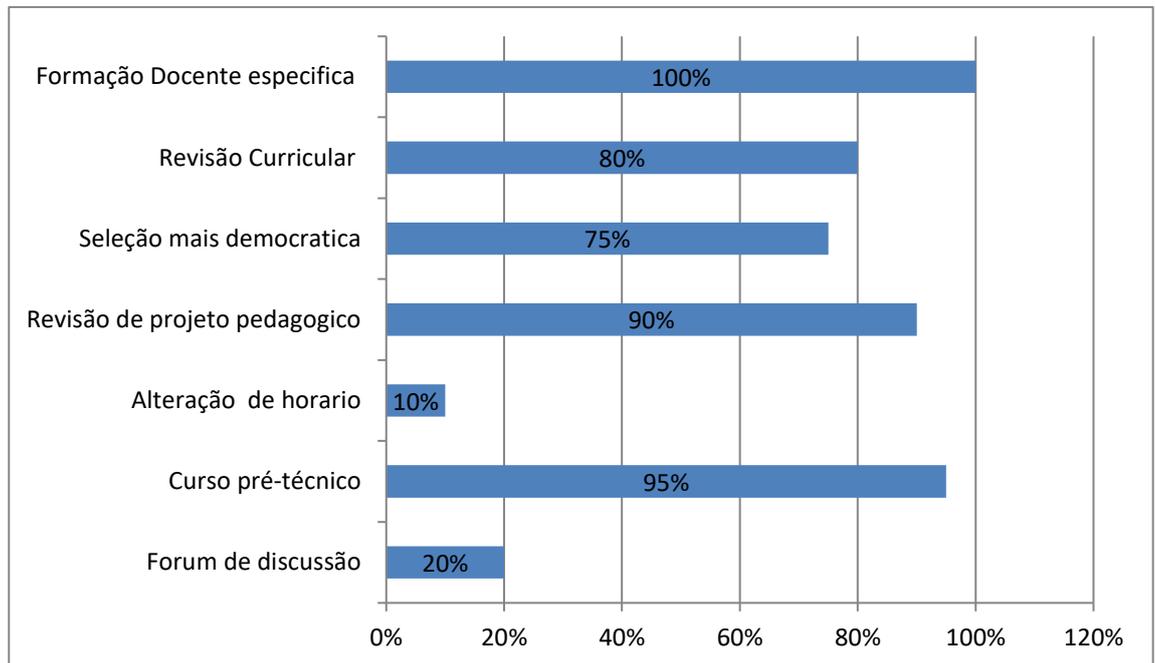
Após 7 anos do PROEJA no campus, somente durante a jornada pedagógica de 2015, por iniciativa da COTEP – Coordenação Técnica Pedagógica – e da comissão da jornada, discutiu-se a permanência do curso, a partir de um debate decorrente dos dados apresentados de matrículas, evasão e repetência. A Jornada se deu com a formação de uma mesa de discussão que contou com a participação do professor visitante Dante Henrique Moura e da autora desta pesquisa¹.

Em Agosto de 2015 foi formada uma comissão para avaliação da modalidade EJA no curso de Segurança do Trabalho. A referida comissão concluiu suas atividades em 01 de dezembro de 2016 e apresentou seu entendimento sobre o curso de segurança do trabalho, afirmando que o curso deve permanecer com esta modalidade para os dois próximos semestres, tempo em que as discussões continuarão e se aprofundarão no campus visando um posicionamento sólido da instituição. A comissão considerou que precisa de mais tempo para conclusão dos trabalhos já que se faz necessário escutar a comunidade acadêmica, os estudantes e também a comunidade externa. Diante dos argumentos expostos a comissão recomendou que houvesse um estudo e aprofundamento maior sobre o PROEJA, seus objetivos e consequências em virtude da alteração da modalidade, contando de forma imprescindível com a participação da comunidade em qualquer decisão que se tome.

Perguntados sobre quais as contribuições sugerem para superação e enfrentamento dos problemas existente no conjunto desta Política Pública no IFBA os docentes deram as seguintes sugestões:

Jornada Pedagógica 2015.2 ocorrida em 25.11 de 2015 no IFBA campus Santo Amaro. Mesa redonda com o tema: Descaminhos do PROEJA¹.

Gráfico 10: Sugestões para superação e enfrentamento das dificuldades



Fonte: Elaboração da autora, com base nas respostas dos entrevistados.

Percebemos nas respostas dos professores que a formação docente continua aparecendo como sendo a solução mais latente para superação dos entraves no ensino do PROEJA. Os docentes deixam claro que percebem um processo de ensino e aprendizagem deficiente decorrente do não uso de metodologias pedagógicas específicas ao público da EJA. Relatam aspectos como a revisão curricular e do projeto pedagógico como essenciais além de um curso pré-técnico que tivesse como objetivo preparar os discentes e suprir as lacunas e defasagens conceituais trazidas em sua formação. Retomando um dos caminhos pontados anteriormente, as discussões e reflexões se relacionam à contribuição de autores como Dayrell e Carrano (2008), que nos apresentam um dos possíveis caminhos:

Um bom ponto de partida é nos remetermos às novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio que apontam para a centralidade dos jovens estudantes como sujeitos do processo educativo. No parecer do Conselho Nacional de Educação que a fundamenta, fica explícita a necessidade de uma reinvenção da escola de tal forma a garantir o que propõem os artigos III e VII. O primeiro trata do aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico. O segundo discorre sobre o reconhecimento e aceitação da diversidade e da realidade concreta dos sujeitos do processo educativo, das formas de produção, dos processos de trabalho e das culturas a eles subjacentes. Por

em prática as determinações das novas diretrizes Curriculares significa, de fato, desenvolver um trabalho de formação humana que contemple a totalidade dos nossos jovens estudantes. Nossas realizações como docentes passam pelo conhecimento amplo sobre eles e elas. Reconhecer experiências, saberes e identidades culturais são condição para o relacionamento e o diálogo. (DAYRELL;CARRANO,2008,p.105)

Em síntese, os professores entrevistados veem o PROEJA como um programa de inclusão que carrega em si muitos desafios tanto institucionais quanto profissionais. Entretanto, consideram válida a inserção da política nos IFs na medida em que os ajustes necessários sejam feitos, levando em consideração a escuta da comunidade, os recursos pedagógicos, materiais e físicos da intuição, além do atendimento da demanda local, considerando a formação humana integrada à formação técnica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutimos nessa pesquisa qual é o lugar do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos- PROEJA no Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia da Bahia no campus Santo Amaro, a partir da percepção docente.

Um dos objetivos desta pesquisa foi trazer o PROEJA para o centro do debate no IFBA e, ao mesmo tempo, provocar discussões e debates em torno do tema. Um dos grandes desafios no caminho percorrido durante pesquisa foi a busca de análises por parte de uma pesquisadora imersa na realidade estudada. Questionar as certezas prévias e abrir um campo de possibilidades nas observações e entrevistas feitas foi uma das maiores dificuldades.

Iniciamos trazendo algumas definições de juventude e as demandas de escolarização para a juventude brasileira de origem popular. Percebemos o dilema enfrentado pela juventude brasileira entre a busca pela sobrevivência, por meio do trabalho e a possível projeção para o futuro por meio da continuação dos estudos. A maioria dos jovens de origem popular tem baixos níveis de escolaridade e as políticas públicas brasileiras ainda não conseguiram atingir plenamente essa parcela das juventudes que chegam ao ensino médio, inclusive na modalidade de educação de jovens e adultos.

O PROEJA foi investigado a partir das análises do lugar que ocupa no IFBA de acordo com a visão dos docentes, entendendo o programa como uma política de assistência que entra na rede federal de educação, sem experiência, formação prévia e de forma impositiva. Destacamos a história da rede federal de educação e a criação do IFBA, ressaltando como os discentes do PROEJA são percebidos pelos professores. Os estudantes do PROEJA são em geral percebidos com baixo valor social, com “base fraca de conhecimento” e como possíveis ameaças à qualidade institucional. Vale ressaltar que encontramos compreensões diferentes entre os educadores, que oscilaram entre diferentes visões sobre o papel do PROEJA no IFBA.

As análises dos dados extraídos das observações e entrevistas com os docentes nos trouxeram à tona o fato de que o Programa ainda não tem claro qual o seu lugar, sua importância e sua identidade no campus Santo Amaro. Apesar de alguns professores apresentarem-se de forma bastante disponível para atuação na modalidade, os mesmos ressaltam os grandes desafios e entraves de sua atuação. Como trabalhar com alunos trabalhadores das camadas populares? Repetidamente ouvimos que a falta de formação específica para atendimento do público do PROEJA é um dos maiores problemas enfrentados pelo corpo docente. A insegurança, frustração profissional ficou clara em todos os depoimentos que traduziam pouca ou nenhuma esperança em alteração do quadro institucional.

Percebemos que dentre as inquietações docentes citadas, a implantação do programa no campus, por decisão unilateral da gestão, a falta de estrutura física, a falta de acompanhamento institucional específica ao desenvolvimento da política, a necessidade de participação de toda a comunidade envolvida e a ausência de formação docente foi às dificuldades mais citadas. Ressaltamos as aspirações dos professores em dispor de mecanismos institucionais que ofereçam maior acompanhamento e avaliação do programa para que os ajustes necessários aconteçam, visando a concretização do PROEJA, porém questionamos: Em seis anos, por que os professores não buscaram formação? Estão esperando que alguém ofereça? Não é muita passividade de um agente público?

Entendemos que essa ideia do preparo é muito cômoda. Como podem os docentes ficarem na passividade esperando que alguém resolva prepara-los?

Conforme dados apresentados durante a pesquisa, até 2013 quatro campi do IFBA ofertavam cursos na modalidade PROEJA, entretanto, a partir de 2017, somente o campus de Santo Amaro continua com o programa, ainda que já exista uma comissão para discutir o futuro da modalidade e do curso. De acordo com o primeiro parecer da comissão, ainda são necessárias mais pesquisas e mais escuta de toda a comunidade envolvida, para que só então seja tomada alguma decisão definitiva de ofertar, acabar ou alterar a modalidade do PROEJA.

De acordo com os docentes a baixa procura pelos cursos do PROEJA dentro do campus se dá dentre outros fatores pela falta de comunicação adequada. O IFBA ainda não conseguiu atingir o público alvo do PROEJA, já que os editais não delimitam os estudantes a que a política se destina. Os docentes percebem a

importância do curso e da política, porém, não sabem ainda como executar suas aulas de forma a atender ao público da EJA. Consideram-se despreparados, sem metodologia adequada e imersos em um universo de salas esvaziadas, situação que os leva a sugerirem a mudança da modalidade. Percebemos, entretanto, que a indicação de alteração não se da como opção de todos os professores, uma parte dos docentes acredita ainda nas possibilidades de realizarem ajustes para melhor atender ao público da EJA. Atribuem grande parte das dificuldades pedagógicas enfrentadas a “base fraca” dos estudantes e ao grande índice de evasão.

Todos os diálogos estabelecidos com os docentes do Programa no campus Santo Amaro serviram para demonstrar que, em 10 anos de PROEJA, o IFBA ainda precisa se debruçar mais sobre o programa, percebendo todas as suas potencialidades, os entraves e desafios existentes a sua efetivação. Faz-se necessário que a modalidade encontre seu lugar dentro do campus e dentro da instituição.

Acreditamos, portanto, que uma das principais contribuições desta pesquisa foi justamente provocar o diálogo, inquietar os atores e contribuir para a discussão do programa. Ir além do diagnóstico interno do campus significa propiciar a reflexão das possibilidades que temos através do PROEJA, aprofundando as discussões institucionais sobre as percepções docentes, como possibilidade de refletir e analisar práticas exitosas que promovam o fortalecimento do programa.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Políticas educacionais e desigualdades**: a procura de novos significados. Revista de Ciência da Educação Centro de estudos Educação e Sociedade-nº 113, vol. 31. São Paulo: Cedes, out-dez. de 2010. P 1381-1416.

_____. **Educação de Jovens e Adultos**: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: Diálogos na Educação de Jovens e Adultos. Belo Horizonte, 1 ed. Autêntica, 2006.

_____. **A educação de jovens e adultos na nova LDB**. In: SIMPÓSIO NACIONAL SOBRE A LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL. Rio de Janeiro, 1991. Anais. Rio de Janeiro, mimeo.

BARACHO, Maria das Graças, MOURA, Dante Henrique. **PROEJA no IFRN: práticas pedagógicas e formação docente**. Natal: IFRN Editora, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura**. In: NOGUEIRA, M. A. & CATANI, A. (orgs,) Escritos de Educação. Petrópolis: Vozes, 2010. Pags. 39-64.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). **Emenda Constitucional n. 59** de 11 de novembro de 2009. Brasília, D. O. U de 12/11/2009, p. 8.

_____. **Decreto nº 2.208**, de 17/04/1997. Regulamenta o § 2º do artigo 36 e os artigos 39 a 42 da lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

_____. **Decreto nº. 5.154**, de 23/07/2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília, DF, jul. 2004.

_____. **Decreto nº. 5.478**, de 24 de junho de 2005. Institui, no âmbito das instituições federais de educação tecnológicas, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. Brasília, DF, jun. 2005.

_____. **Decreto nº 5.840**, de 13 de junho de 2006. Institui, no âmbito federal, o Programa de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA.

_____. **Lei nº 4.024**, de 20 de dezembro de 1961. Fixa Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Brasília, DF, dez. 1961.

_____. **Lei nº 5.692**, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências, Brasília, DF, ago. 1971.

_____. **Lei nº. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Legislação, Brasília, DF, dez. 1996.

_____. **Lei nº 11.892**, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação/ Câmara de educação Básica. **Parecer CNE/CEB nº 03** de 15 de junho de 2010. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA; idade mínima e certificação nos exames de EJA; e Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação a Distância.

Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação/ Câmara de educação Básica. **Parecer CNE/CEB nº 11** de 09 de junho de 2000. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, de 09/06/00. Seção 1e, p.15

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. 2012.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Programa de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos**. PROEJA. Documento Base. 2006.

CARRANO, Paulo e FALCÃO, Nádia. **Os jovens e a escola do ensino médio: adiamento ou encontro mediado com o mundo do trabalho**. In TIRIBA, Lia e CIAVATTA, Maria. Trabalho e Educação de Jovens e Adultos (orgs.). Brasília: Liber Livro e Editora UFF, 2011, pp.165-197.

CASTRO, Mad'ana D. R. de; BARBOSA, Sebastião C. & BARBOSA, Walmir. **O Proeja e as Características de seus Estudantes: Contextualização, limites e riscos**. In: MACHADO, Maria Margarida; RODRIGUES, Maria Emília de Castro. Educação dos trabalhadores: políticas e projetos em disputas. Campinas: Mercado das letras, 2011. p. 125-148

CIAVATTA, Maria. **A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade**. In: FRIGOTTO, Gaudêncio, CIAVATA, Maria e RAMOS, Marise (orgs). **Ensino médio integrado; concepção e contradições**. 3ed. São Paulo: CORTEZ, 2012.

CIAVATTA, Maria. **A reconstrução histórica de trabalho e educação e a questão do currículo na formação integrada – ensino médio e EJA**. In TIRIBA, Lia e CIAVATTA, Maria Trabalho e Educação de Jovens e Adultos(orgs.). Brasília: Liber Livro e Editora UFF, 2011, pp. 25-55.

Conferência Mundial sobre Educação Para Todos – Tailândia (1990)
http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10230.htm Acesso em 05.5.2016

CORROCHAN O, Maria Carla. **Jovens trabalhadores: expectativas de acesso ao ensino superior. Avaliação.** Campinas, vol.18, 2013, p.23-44.

DI GIULIO, Gabriela Marques. **Comunicação e governança do risco:** exemplos de comunidades expostas à contaminação por chumbo no Brasil e Uruguai. 2010. 327f. Tese (Doutorado em Ambiente e Sociedade) - Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2010.

FÁVERO, Osmar; FREITAS, Marinaide. **A educação de adultos e jovens e adultos:** um olhar sobre o passado e o presente. Revista Inter Ação, [S.l.], v. 36, n. 2, p. 365-392, dez. 2011. ISSN 1981-8416. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/interacao/article/view/16712/10703>>. Acesso em: 22 Maio. 2016. doi:10.5216/ia.v36i2.16712

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, Jose E. (orgs.). **Educação de jovens e adultos.** Teoria Prática e proposta. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LESSA, José Silva. **CEFET-BA- uma resenha histórica: da escola do mingau ao complexo integrado de educação tecnológica.** Salvador: CCS/ CEFET-BA,2002.

MACHADO, Maria Margarida. **A educação de jovens e adultos no Brasil pós-Lei 9.394/96: a possibilidade de constituir-se como política pública.** In: MACHADO, Maria Margarida (org). Em Aberto: Educação de Jovens e Adultos.v. 22, n. 82. Brasília: INEP, nov. 2009. p. 17 –39

MOLL, Jaqueline. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo:** desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010.

MOURA, Dante Henrique. **Produção de conhecimento, políticas públicas e formação docente em educação profissional.** Campinas: Mercado de Letras, 2013.

MOURA, Dante Henrique. Ensino Médio e Educação Profissional: dualidade histórica e possibilidades de integração. In: MOLL, Jaqueline. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo:** desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010.p.58 – 79.

MOURA, Dante Henrique e PINHEIRO, Rosa Aparecida. **Currículo e formação humana no Ensino Médio Técnico Integrado de Jovens e Adultos.** In: **Produção de conhecimento, políticas públicas e formação docente em educação profissional.** Campinas: Mercado de Letras, 2013.

SOUZA, Francisco das Chagas Silva e NASCIMENTO, Vivianne Souza de Oliveira. **Bacharéis professores: um perfil docente em expansão na Rede Federal de Educação Profissional Tecnológica.** In: MOURA, Dante Henrique.

OLIVEIRA, E.C.; CEZARINO, K.R.A. **Os sentidos do PROEJA: possibilidades e impasses na produção de um novo campo de conhecimento na formação de**

professores. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPEd, 31., 2008, Caxambu. Anais... Caxambu, 2008

RUMMERT, Sonia Maria. **Aspirações, interesses e identidade dos trabalhadores: elementos essenciais à construção da hegemonia.** Revista eletrônica Trabalho necessário, UFF/Programa de Pós-Graduação/NEDDATE, v. 2, 2004.

SHIROMA, E.MORAES; M.C. M, EVANGELISTA, O. Política Educacional. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

TIRIBA Lia. Economia Popular e Produção de uma Nova Cultura do Trabalho: contradições e desafios frente à crise do trabalho assalariado. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.) Educação e Crise do Trabalho: perspectivas de final de século. Petrópolis: Vozes, 1998. P. 189217.

APÊNDICE A

Roteiro de entrevista semiestruturada – Professor (a) de Curso PROEJA *campus de Santo Amaro*

Bloco 1: Dados Pessoais e Formação Docente

1 Identificação

1.1 Nome:

1.2 Idade:

1.3. Sexo:

1.4 Há quanto tempo é professor? e do Curso Técnico de Segurança do Trabalho na modalidade PROEJA?

1.5 Como você organiza seu tempo entre aulas, pesquisa e orientação aos estudantes?

1.6 Qual(s) disciplinas leciona atualmente no PROEJA? Qual(s) já lecionou?

2. Formação

2.1 Qual o curso de graduação e o ano de conclusão?

2.2. Qual o curso de MESTRADO e o ano de conclusão?

2.3. Qual o curso de DOUTORADO (caso tenha) e o ano de conclusão?

2.4 Por que você resolveu atuar como professor do PROEJA?

2.5 Tinha experiência anterior na EJA antes de ingressar no IFBA?

2.6 Participou de algum processo de formação direcionado a modalidade de EJA? Antes ou depois do IFBA?

Bloco 2: Percepção sobre o PROEJA

2. Você conhece a proposta curricular do PROEJA?

2.1 Explique resumidamente a proposta curricular

2.2 Você conhece a base legal do Programa?

2.3. Qual a sua opinião sobre o PROEJA em relação a propedêutica?

2.4 Como você avalia o atual currículo do PROEJA?

2.5 Você acredita que o currículo consegue articular os conhecimentos propedêuticos aos conhecimentos técnicos?

2.6 Acredita que o currículo consegue atingir o objetivo da política do PROEJA?

2.7 Quais críticas ou contribuições você sugere para superação de possíveis problemas existente no conjunto desta Política Pública no IFBA?

2.8 Como avalia existência de um curso profissionalizante no IFBA destinado ao público de Jovens e Adultos?

2.9 Quais os avanços e desafios enfrentados hoje pelo PROEJA no IFBA?

2.10 Qual a opinião sobre a forma de acesso?

2.11 Como você percebe a relação entre os docentes e discentes do PROEJA?

Bloco 3 : Percepção sobre a pratica

3.1. Você considera necessário adequar suas aulas e disciplinas ao PROEJA?)

3.2 Faz uso de algum recurso pedagógico ou metodologia específica para os jovens e adultos do PROEJA?

3.3 O que você faz para articular a parte propedêutica à formação profissional na modalidade EJA?

3.4. Quais as dificuldades e desafios encontrados para ministrar suas aulas?

3.5 Caso haja alguma dificuldade considera que seja possível interferir por meio de sua prática docente?

3.6 Trabalha com pesquisa em seu processo formativo no PROEJA?

Bloco 4: Percepção sobre os discentes

4.1. Em relação aos alunos que frequentam as turmas do PROEJA, quais as principais características destes discentes?

4.2 A partir da análise do PROEJA no IFBA campus Santo Amaro, considera que há condições administrativas, de pessoal e pedagógica satisfatórias para a formação profissional dos estudantes do PROEJA nesta instituição?

4.3 Considera que os discentes apresentam questões facilitadoras e/ou limitadoras para o seu desempenho profissional?

4.4 Quais considera que são as principais perspectivas dos egressos do PROEJA no futuro? Como os vê daqui a um ano? Daqui a 5 anos?

4.5 Acredita que há evasão no curso? Conhece os dados de evasão? Caso sim, por que isso acontece?

ANEXO 1: Resultados PROEJA 2010 à 2016

| PROEJA IFBA Santo Amaro | | | | | | | | | | | |
|-------------------------------|-----------|------------|----------|--|--|--|--|-------------------------------|-----------|------------|----------|
| Curso: Segurança do Trabalho | | | | | | | | | | | |
| Ano Letivo: 2010 | | | | | | | | | | | |
| Semestre:2010.1 Módulo: 1º | | | | | | | | Semestre:2010.2 Módulo: 2º | | | |
| Situação do candidato | | | | | | | | Situação do candidato | | | |
| Matriculados | Aprovados | Reprovados | Evadidos | | | | | Matriculados | Aprovados | Reprovados | Evadidos |
| 39 | 32 | 4 | 3 | | | | | 32 | 23 | 9 | 7 |

| PROEJA IFBA Santo Amaro | | | | | | | | | | | |
|-------------------------------|-----------|------------|----------|-------------------------------|-----------|------------|----------|-------------------------------|-----------|------------|----------|
| Curso: Segurança do Trabalho | | | | | | | | | | | |
| Ano Letivo: 2011 | | | | | | | | | | | |
| Semestre:2011.1 Módulo: 1º | | | | Semestre:2011.1 Módulo: 2º | | | | Semestre:2011.1 Módulo: 3º | | | |
| Situação do candidato | | | | Situação do candidato | | | | Situação do candidato | | | |
| Matriculados | Aprovados | Reprovados | Evadidos | Matriculados | Aprovados | Reprovados | Evadidos | Matriculados | Aprovados | Reprovados | Evadidos |
| 31 | 24 | 6 | 1 | 7 | 5 | 2 | 23 | 25 | 23 | 2 | 0 |

| PROEJA IFBA Santo Amaro | | | | | | | | | | | | | | | |
|-------------------------------|-----------|------------|----------|-------------------------------|-----------|------------|----------|-------------------------------|-----------|------------|----------|-------------------------------|-----------|------------|----------|
| Curso: Segurança do Trabalho | | | | | | | | | | | | | | | |
| Ano Letivo: 2012 | | | | | | | | | | | | | | | |
| Semestre:2012.1 Módulo: 1º | | | | Semestre:2012.1 Módulo: 2º | | | | Semestre:2012.1 Módulo: 3º | | | | Semestre:2012.1 Módulo: 4º | | | |
| Situação do candidato | | | | Situação do candidato | | | | Situação do candidato | | | | Situação do candidato | | | |
| Matriculados | Aprovados | Reprovados | Evadidos |
| 6 | 1 | 5 | 5 | 20 | 15 | 5 | 5 | 19 | 15 | 5 | 2 | 4 | 4 | 0 | 0 |

| PROEJA IFBA Santo Amaro | | | | | | | | | | | | | | | |
|-------------------------------|-----------|------------|----------|-------------------------------|-----------|------------|----------|-------------------------------|-----------|------------|----------|-------------------------------|-----------|------------|----------|
| Curso: Segurança do Trabalho | | | | | | | | | | | | | | | |
| Ano Letivo: 2012 | | | | | | | | | | | | | | | |
| Semestre:2012.2 Módulo: 1º | | | | Semestre:2012.2 Módulo: 2º | | | | Semestre:2012.2 Módulo: 3º | | | | Semestre:2012.2 Módulo: 4º | | | |
| Situação do candidato | | | | Situação do candidato | | | | Situação do candidato | | | | Situação do candidato | | | |
| Matriculados | Aprovados | Reprovados | Evadidos |
| 22 | 22 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 17 | 15 | 1 | 1 | 4 | 4 | 0 | 0 |

| PROEJA IFBA Santo Amaro | | | | | | | | | | | | | | | |
|-------------------------------|-----------|------------|----------|-------------------------------|-----------|------------|----------|-------------------------------|-----------|------------|----------|-------------------------------|-----------|------------|----------|
| Curso: Segurança do Trabalho | | | | | | | | | | | | | | | |
| Ano Letivo: 2013 | | | | | | | | | | | | | | | |
| Semestre:2013.1 Módulo: 1ª | | | | Semestre:2013.1 Módulo: 2ª | | | | Semestre:2013.1 Módulo: 3ª | | | | Semestre:2013.1 Módulo: 4ª | | | |
| Situação do candidato | | | | Situação do candidato | | | | Situação do candidato | | | | Situação do candidato | | | |
| Matriculados | Aprovados | Reprovados | Evadidos |
| 31 | 18 | 12 | 2 | 27 | 26 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 15 | 14 | 1 | 0 |
| | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | |

| PROEJA IFBA Santo Amaro | | | | | | | | | | | | | | | |
|-------------------------------|-----------|------------|----------|-------------------------------|-----------|------------|----------|-------------------------------|-----------|------------|----------|-------------------------------|-----------|------------|----------|
| Curso: Segurança do Trabalho | | | | | | | | | | | | | | | |
| Ano Letivo: 2013 | | | | | | | | | | | | | | | |
| Semestre:2013.2 Módulo: 1ª | | | | Semestre:2013.2 Módulo: 2ª | | | | Semestre:2013.2 Módulo: 3ª | | | | Semestre:2013.2 Módulo: 4ª | | | |
| Situação do candidato | | | | Situação do candidato | | | | Situação do candidato | | | | Situação do candidato | | | |
| Matriculados | Aprovados | Reprovados | Evadidos |
| 29 | 16 | 13 | 0 | 21 | 21 | 0 | 0 | 21 | 17 | 4 | 2 | 1 | 1 | 0 | 0 |
| | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | |

| PROEJA IFBA Santo Amaro | | | | | | | | | | | | | | | |
|-------------------------------|-----------|------------|----------|-------------------------------|-----------|------------|----------|-------------------------------|-----------|------------|----------|-------------------------------|-----------|------------|----------|
| Curso: Segurança do Trabalho | | | | | | | | | | | | | | | |
| Ano Letivo: 2014 | | | | | | | | | | | | | | | |
| Semestre:2014.1 Módulo: 1ª | | | | Semestre:2014.1 Módulo: 2ª | | | | Semestre:2014.1 Módulo: 3ª | | | | Semestre:2014.1 Módulo: 4ª | | | |
| Situação do candidato | | | | Situação do candidato | | | | Situação do candidato | | | | Situação do candidato | | | |
| Matriculados | Aprovados | Reprovados | Evadidos |
| 28 | 15 | 8 | 5 | 17 | 15 | 0 | 2 | 22 | 19 | 0 | 3 | 16 | 14 | 0 | 2 |
| | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | |

| PROEJA IFBA Santo Amaro | | | | | | | | | | | | | | | |
|-------------------------------|-----------|------------|----------|-------------------------------|-----------|------------|----------|-------------------------------|-----------|------------|----------|-------------------------------|-----------|------------|----------|
| Curso: Segurança do Trabalho | | | | | | | | | | | | | | | |
| Ano Letivo: 2014 | | | | | | | | | | | | | | | |
| Semestre:2014.2 Módulo: 1ª | | | | Semestre:2014.2 Módulo: 2ª | | | | Semestre:2014.2 Módulo: 3ª | | | | Semestre:2014.2 Módulo: 4ª | | | |
| Situação do candidato | | | | Situação do candidato | | | | Situação do candidato | | | | Situação do candidato | | | |
| Matriculados | Aprovados | Reprovados | Evadidos |
| 15 | 6 | 6 | 3 | 15 | 11 | 4 | 0 | 17 | 14 | 1 | 2 | 19 | 17 | 0 | 2 |
| | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | |

| PROEJA IFBA Santo Amaro | | | | | | | | | | | | | | | |
|-------------------------------|-----------|------------|----------|-------------------------------|-----------|------------|----------|-------------------------------|-----------|------------|----------|--|--|--|--|
| Curso: Segurança do Trabalho | | | | | | | | | | | | | | | |
| Ano Letivo: 2015 | | | | | | | | | | | | | | | |
| Semestre:2015.1 Módulo: 1º | | | | Semestre:2015.1 Módulo: 2º | | | | Semestre:2015.1 Módulo: 3º | | | | | | | |
| Situação do candidato | | | | Situação do candidato | | | | Situação do candidato | | | | | | | |
| Matriculados | Aprovados | Reprovados | Evadidos | Matriculados | Aprovados | Reprovados | Evadidos | Matriculados | Aprovados | Reprovados | Evadidos | | | | |
| 30 | 13 | 17 | 8 | 9 | 9 | 0 | 4 | 12 | 11 | 1 | 0 | | | | |
| Semestre:2015.1 Módulo: 4º | | | | Semestre:2015.1 Módulo: 5º | | | | Semestre:2015.1 Módulo: 6º | | | | | | | |
| Situação do candidato | | | | Situação do candidato | | | | Situação do candidato | | | | | | | |
| Matriculados | Aprovados | Reprovados | Evadidos | Matriculados | Aprovados | Reprovados | Evadidos | Matriculados | Aprovados | Reprovados | Evadidos | | | | |
| 14 | 12 | 2 | 1 | 17 | 17 | 0 | 0 | 14 | 14 | 0 | 0 | | | | |

| PROEJA IFBA Santo Amaro | | | | | | | | | | | | | | | |
|-------------------------------|-----------|------------|----------|-------------------------------|-----------|------------|----------|-------------------------------|-----------|------------|----------|--|--|--|--|
| Curso: Segurança do Trabalho | | | | | | | | | | | | | | | |
| Ano Letivo: 2015 | | | | | | | | | | | | | | | |
| Semestre:2015.2 Módulo: 1º | | | | Semestre:2015.2 Módulo: 2º | | | | Semestre:2015.2 Módulo: 3º | | | | | | | |
| Situação do candidato | | | | Situação do candidato | | | | Situação do candidato | | | | | | | |
| Matriculados | Aprovados | Reprovados | Evadidos | Matriculados | Aprovados | Reprovados | Evadidos | Matriculados | Aprovados | Reprovados | Evadidos | | | | |
| 17 | 10 | 7 | 1 | 13 | 12 | 1 | 1 | 10 | 7 | 3 | 0 | | | | |
| Semestre:2015.2 Módulo: 4º | | | | Semestre:2015.2 Módulo: 5º | | | | Semestre:2015.2 Módulo: 6º | | | | | | | |
| Situação do candidato | | | | Situação do candidato | | | | Situação do candidato | | | | | | | |
| Matriculados | Aprovados | Reprovados | Evadidos | Matriculados | Aprovados | Reprovados | Evadidos | Matriculados | Aprovados | Reprovados | Evadidos | | | | |
| 11 | 9 | 1 | 1 | 13 | 12 | 0 | 1 | 17 | 16 | 1 | 0 | | | | |

| PROEJA IFBA Santo Amaro | | | | | | | | | | | | | | | |
|-------------------------------|-----------|------------|----------|-------------------------------|-----------|------------|----------|-------------------------------|-----------|------------|----------|--|--|--|--|
| Curso: Segurança do Trabalho | | | | | | | | | | | | | | | |
| Ano Letivo: 2016 | | | | | | | | | | | | | | | |
| Semestre:2016.1 Módulo: 1º | | | | Semestre:2016.1 Módulo: 2º | | | | Semestre:2016.1 Módulo: 3º | | | | | | | |
| Situação do candidato | | | | Situação do candidato | | | | Situação do candidato | | | | | | | |
| Matriculados | Aprovados | Reprovados | Evadidos | Matriculados | Aprovados | Reprovados | Evadidos | Matriculados | Aprovados | Reprovados | Evadidos | | | | |
| 29 | | | | 10 | | | | 13 | | | | | | | |
| Semestre:2016.1 Módulo: 4º | | | | Semestre:2016.1 Módulo: 5º | | | | Semestre:2016.1 Módulo: 6º | | | | | | | |
| Situação do candidato | | | | Situação do candidato | | | | Situação do candidato | | | | | | | |
| Matriculados | Aprovados | Reprovados | Evadidos | Matriculados | Aprovados | Reprovados | Evadidos | Matriculados | Aprovados | Reprovados | Evadidos | | | | |
| 10 | | | | 10 | | | | 7 | | | | | | | |

